

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	6
5.3 - Descrição - Controles Internos	9
5.4 - Programa de Integridade	11
5.5 - Alterações significativas	15
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	16

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	17
10.2 - Resultado operacional e financeiro	38
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	41
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	43
10.5 - Políticas contábeis críticas	45
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	47
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	48
10.8 - Plano de Negócios	49
10.9 - Outros fatores com influência relevante	51



5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5. POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

5.1. Política de gerenciamento de riscos

(a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui Política de Gerenciamento de Riscos formalmente aprovada pelo Conselho de Administração em 31 de outubro de 2018, que se encontra disponível no site de relações com investidores. A Política de Gerenciamento de Riscos tem por objetivo estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos inerentes às atividades de negócio da Companhia, de forma a identificar e monitorar os riscos relacionados à mesma ou seu setor de atuação.

(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. os riscos para os quais se busca proteção;

Para fins de aplicação da Política, os Riscos são classificados nas seguintes categorias:

Riscos Prioritários: são Riscos com probabilidade e impacto potencialmente elevado para o negócio, cuja gestão deve ser priorizada e os seus indicadores devem ser monitorados regularmente.

Riscos Estratégicos: são Riscos associados à tomada de decisão da alta administração que podem gerar perda substancial no valor econômico da organização.

Riscos Operacionais: são Riscos associados à possibilidade de ocorrência de perdas de ativos, clientes ou receitas, resultantes de falhas, deficiências ou da inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, assim como de eventos externos como catástrofes naturais, fraudes, greves e atos terroristas. Os Riscos Operacionais geralmente acarretam redução ou interrupção total ou parcial das atividades.

Riscos de Conformidade: são Riscos relacionados à falta de habilidade ou disciplina da Companhia para cumprir com a legislação e/ou regulamentação externa aplicáveis ao negócio, bem como às normas e procedimentos internos. Os Riscos de Conformidade também incluem as regras internas do negócio, possuindo um caráter mais amplo do que o conceito usualmente atribuído como risco legal ou regulatório, decorrente da aplicação da legislação trabalhista, tributária, fiscal e contratual, dentre outras.

Riscos de Conduta: são Riscos associados ao ferimento da moral e da ética da Companhia, por descumprimento do Código de Ética e Conduta e das políticas associadas, tais como: ações que caracterizem assédio, corrupção, conflitos de interesse, discriminação, posicionamento político-partidário ou religioso, uso inadequado dos recursos da Companhia, dentre outros.

Riscos de Tecnologia e de Informação: são Riscos associados a fragilidades e/ou obsolescência dos sistemas de informação, controle e gestão da Companhia. Nessa categoria, incluem-se possíveis invasões externas aos sistemas para captura de dados e informações internas e/ou da cadeia de valor (clientes, fornecedores, parceiros de negócio etc.), Riscos de fraudes internas e/ou externas decorrentes dessas falhas, uso ou distribuição inadequada das informações e as falhas sistêmicas que prejudiquem a assertividade dos indicadores da Companhia.

Riscos de Crédito: são Riscos decorrentes de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes.

Riscos de Liquidez: são os Riscos relacionados à possibilidade de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.



5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Riscos de Mercado: são os Riscos relacionados a perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia, incluindo os Riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e preços de mercadorias (commodities).

Riscos Macroeconômicos e Sociais: são Riscos que envolvem fatores externos à Companhia provenientes de instabilidade econômica e mudanças do ambiente social. Como exemplo, pode-se citar o risco de segurança, associado ao problema de segurança pública em determinada região, que pode impedir a continuidade ou expansão de um determinado negócio naquele território.

Riscos Ambientais: são os Riscos associados à gestão inadequada de questões ambientais, causando efeitos como: contaminação de solo, água ou ar, decorrentes da operação ou da disposição inadequada de resíduos. Os Riscos Ambientais também incluem os efeitos decorrentes do aquecimento global sobre os negócios, que podem inviabilizar a expansão do negócio.

Riscos de Imagem: são os Riscos associados à reputação da Companhia, quando o mau gerenciamento dos demais Riscos se torna público.

ii. os instrumentos utilizados para proteção;

O sistema adotado pela Companhia baseia-se, principalmente, em:

- (a) identificação dos fatores (causas) de Riscos e implicações nos objetivos (metas e resultados) projetados;
- (b) avaliação dos principais Riscos e incertezas suscetíveis de afetar os seus objetivos, por meio do cálculo de impacto e probabilidade de ocorrência dos Riscos;
- (c) proposta de limites de Risco que a Companhia e seus acionistas estão dispostos a correr na busca pelo retorno e geração de valor;
- (d) integração do gerenciamento de Riscos nos processos de tomada de decisão, incluindo o planejamento estratégico, as decisões de investimento e a gestão de projetos, desde o momento em que são criados e ao longo de todo o seu desenvolvimento; e
- (e) utilização de ferramentas e mecanismos que objetivam a mitigação dos Riscos, por meio de iniciativas definidas e implantadas pela Diretoria, com auxílio da área de gestão de Risco da Companhia, de forma a adequar a exposição da Companhia aos limites do Risco aprovado.

Os Riscos identificados devem ser abordados de acordo com a sua criticidade. A área de Controles Internos da Companhia, juntamente com as áreas relacionadas ao Risco identificado devem determinar como responder ao Risco, e definir os instrumentos de proteção para a Companhia, equilibrando os efeitos de resposta ao Risco com a eventual relação de custo/benefício decorrente de requisitos legais, regulatórios ou quaisquer outros que sejam relevantes a Companhia. A Comissão de Riscos, formada pelas áreas de Riscos, Jurídico, Controles Internos e Auditoria Interna de forma permanente, e por áreas convidadas de acordo com o Risco analisado, observará as seguintes alternativas para tratamento dos Riscos:

- (i) Aceitar o Risco. Nenhuma ação é tomada para influenciar a probabilidade de ocorrência e/ou severidade do Risco. Riscos cujo impacto seja menor que o custo/benefício do seu gerenciamento podem ser mantidos, desde que conhecidos e aceitos pela Comissão de Riscos. No entanto, o monitoramento destes Riscos deve ser contínuo de modo a assegurar que, caso haja uma mudança de conjuntura que justifique alteração no tratamento do Risco, a Companhia implemente referido tratamento.
- (ii) Rejeitar o Risco. Caso seja determinado que a Companhia não deverá conviver com o Risco nas condições em que este se apresenta, a Comissão de Riscos aplicará um dos tratamentos a seguir:



Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- (a) Evitar: não correr o Risco e descontinuar as atividades que o geram. Evitar o Risco pode implicar na descontinuação de uma linha de produtos, divisão de negócios ou processos.
- (b) Mitigar: ações são tomadas para reduzir a probabilidade de materialização e/ou severidade do Risco. Esta resposta envolve o aprimoramento ou criação de controles e melhorias em processos.
- (c) Compartilhar: atividades que visam reduzir a probabilidade de ocorrência e/ou severidade do Risco, por meio da transferência ou compartilhamento de uma parte do Risco a terceiros, como, por exemplo, contratação de apólices de seguro, outsourcing e hedging.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos.

A estrutura organizacional do gerenciamento de riscos é composta das seguintes áreas/órgãos: Conselho de Administração, Diretoria, área de riscos, área de controles internos, área de auditoria interna, departamento de prevenção de perdas, departamento jurídico, departamento de controladoria e departamento de segurança de informação. As competências são definidas conforme abaixo:

Compete ao Conselho de Administração da Companhia:

- (a) aprovar as políticas, diretrizes, Matriz/Modelagem de Risco, limites de exposição e impactos conforme apresentado pela Diretoria;
- (b) fornecer à Diretoria, quando necessário, sua percepção do grau de exposição a Riscos da Companhia e influenciar na priorização dos Riscos a serem tratados;
- (c) avaliar, quando necessário, mudanças nos limites de exposição de riscos que tenham sido aprovados pela Diretoria; e
- (d) avaliar a adequação da estrutura operacional e de controles internos na avaliação da efetividade desta Política.

Compete à Diretoria da Companhia:

- (a) validar as diretrizes, Matriz/Modelagem de Risco, determinando os limites de exposição, impactos, e a tolerância de exposição aos Riscos;
- (b) definir a estrutura para o sistema de gerenciamento de Riscos dentro da Companhia;
- (c) definir, em conjunto com a Comissão de Riscos, os planos de ação para mitigação dos Riscos;
- (d) supervisionar o processo de avaliação de Riscos e monitorar a evolução da exposição aos Riscos e os sistemas de gerenciamento de Risco;
- (e) disseminar a cultura da gestão de Risco em toda Companhia; e
- (f) avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de Riscos e de controles internos, bem como do programa de compliance da Companhia e prestar contas ao Conselho de Administração sobre essa avaliação.

Compete à Área de Riscos da Companhia:

- (a) interagir com as áreas críticas da Companhia, de modo a se antecipar aos Riscos decorrentes de novos projetos ou de processos investigatórios;
- (b) estudar os processos atuais sob a ótica de Riscos;
- (c) discriminar para a área de Controles Internos os Riscos identificados;
- (d) apresentar, quando solicitado, sua percepção quanto à exposição ao Risco (magnitude de impacto e probabilidade de ocorrência), se possível, pautada também em indicadores de mercado;
- (e) comunicar, tempestivamente, os eventos de Risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extração de limites, para discussão nos fóruns e alcadas apropriadas;
- (f) assegurar as informações disponibilizadas à Diretoria sobre Riscos ou incidentes, bem como coordenar o sistema de gerenciamento dos Riscos em momentos de crises em caso de grandes acontecimentos.



Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Compete à área de Controles Internos da Companhia:

- (a) avaliar, implantar e monitorar as ações com o objetivo de reduzir a exposição ao Risco;
- (b) redesenhar os processos críticos recebidos da área de Riscos ou de outras áreas;
- (c) normatizar os processos redesenhados;
- (d) estabelecer os controles para cada um dos Riscos mapeados;
- (e) cumprir nesses controles os limites de Riscos aprovados pelo Conselho de Administração;
- (f) fornecer apoio metodológico aos departamentos operacionais e funcionais da Companhia por meio de ferramentas e serviços sob demanda;
- (g) acompanhar a Diretoria na implantação desta Política por meio da disseminação de ferramentas e boas práticas.

Compete à área de Auditoria Interna da Companhia:

- (a) auditar os controles estabelecidos pela área de Controles Internos em cada um dos processos críticos;
- (b) aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de Riscos da Companhia, sugerindo alterações ao Conselho de Administração e à Diretoria, quando necessário;
- (c) discutir sobre os prós e contras de se correr determinados Riscos em projetos estratégicos e apresentar relatório final à Diretoria e ao Conselho de Administração, se necessário, para a tomada de decisão.
- (d) propor limites para exposição aos Riscos.
- (e) supervisionar o processo de avaliação de riscos e assegurar monitoramento constante de Riscos de fontes externas, com visão prospectiva sobre os Riscos emergentes.
- (f) auditar os processos e controles internos, de acordo com a metodologia estabelecida, a fim de verificar o cumprimento de normas, políticas e procedimentos.
- (g) avaliar a confiabilidade e a integridade das informações e os meios usados para identificar, mensurar, classificar e reportar tais informações.
- (h) avaliar os sistemas estabelecidos para garantir a conformidade com as políticas, processos, leis e regulamentos que poderiam ter impacto significativo na Companhia.
- (i) analisar os controles adotados para garantir o cumprimento das metas e objetivos estabelecidos pela Companhia.
- (j) monitorar e avaliar os processos de governança.
- (k) avaliar os apontamentos realizados pelos auditores externos e o grau de coordenação com as áreas envolvidas.
- (l) reportar periodicamente ao Conselho de Administração o desempenho da atividade de auditoria interna em relação ao seu plano.
- (m) elaborar, ao menos anualmente, e submeter ao Conselho um Plano Anual de Auditoria Interna para revisão e aprovação.
- (n) elaborar um relatório após a conclusão de cada trabalho com a resposta da gerência, contendo os planos de ação devidamente formalizados e aprovados.

Compete ao Departamento de Prevenção e Perdas:

- (a) mitigar os Riscos e minimizar prejuízos relacionados a possíveis desvios de mercadorias e também à segurança patrimonial da Companhia.
- (b) fiscalizar os processos de movimentação física da mercadoria, verificando se os procedimentos estão sendo cumpridos, identificando fragilidades para possíveis desvios e propondo as alterações necessárias para eliminá-las.
- (c) buscar soluções de equipamentos e tecnologia quando necessário para minimizar os Riscos identificados relacionados às perdas de mercadorias e à segurança patrimonial da Companhia.

Compete ao Departamento Jurídico:

- (a) assegurar a legalidade da condução dos negócios da Companhia, buscando prevenir Riscos regulatórios (com relação ao Código de Defesa do Consumidor, por exemplo), Riscos de fraude e os Riscos inerentes às políticas dos sites da Companhia (Política de Privacidade, Política de Uso, dentre outras), Código de Ética e Conduta e demais políticas relacionadas.
- (b) controlar os contratos, ações judiciais e assessorar a Companhia em questões legais.
- (c) alertar e auxiliar outras áreas sobre riscos trabalhistas e criminais, atuando na prevenção das relações existentes entre a Companhia, associados e parceiros de negócio.



5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Compete ao Departamento de Controladoria:

- (a) zelar pela integridade e precisão dos registros financeiros da Companhia de acordo com as normas aplicáveis.
- (b) revisar periodicamente, por equipe interna os registros financeiros da Companhia a fim de garantir segurança das informações.
- (c) reportar à Diretoria e ao Conselho de Administração qualquer deficiência encontrada no processo de Auditoria Externa.

Compete ao Departamento de Segurança da Informação:

- (a) monitorar os principais processos, fluxos financeiros, infraestrutura tecnológica, aplicações e serviços de tecnologia verificando se os procedimentos e/ou controles sistêmicos estão sendo cumpridos.
- (b) identificar possíveis fragilidades ou desvios de comportamento, propondo as alterações necessárias para eliminá-las e/ou mitigá-las.
- (c) fazer a gestão centralizada de vulnerabilidade.
- (d) garantir testes frequentes de invasão, proteção contra negação de serviço, serviços de CDN (Content Delivery Network) de alta disponibilidade e capacidade, soluções anti-phishing e anti-fraudes.
- (e) garantir o processo interno e formal de gestão continua de vulnerabilidade contemplando scans de vulnerabilidade e de testes de invasão (Pen Test), bem como ferramentas tradicionais, como: IPS, Antivírus, Firewalls Waff e monitoria de redes.
- (f) correlacionar todas as ferramentas e eventos de negócio ou técnico gerados com ferramenta própria integrada ao centro de operações de segurança (SOC).

c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Conforme item acima, a Companhia possui uma estrutura organizacional de gerenciamento de riscos composta das seguintes áreas/órgãos: Conselho de Administração, Diretoria, área de riscos, área de controles internos, área de auditoria interna, departamento de prevenção de perdas, departamento jurídico, departamento de controladoria e departamento de segurança de informação. A mesma está de acordo com a política da Companhia.



5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2 Política de gerenciamento de riscos de mercado

- a. **Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.**

O emissor não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, uma vez que tem como prática monitorar constantemente os riscos do seu negócio que possam impactar o atingimento dos objetivos previstos no planejamento estratégico e operacional do emissor, incluindo mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades.

- b) **os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo**

- i. **Riscos para os quais se busca proteção;**

(a) Risco Cambial

Esse risco é proveniente das oscilações das taxas de câmbio sobre a carteira de empréstimos em moeda estrangeira e sobre o “contas a pagar” referente à importação de mercadorias de revenda. A Companhia e suas controladas utilizam-se de swaps tradicionais com o propósito de anular perdas cambiais decorrentes de desvalorizações da moeda Real perante estas captações de recursos em moedas estrangeiras.

Swaps tradicionais (registrados na conta de empréstimos e financiamentos)

A contraparte desses swaps tradicionais é a instituição financeira provedora dos empréstimos em moeda estrangeira. Essas operações de swap são referenciadas à taxa média dos certificados de depósito interbancário no Brasil (“CDI”) e visam anular o risco cambial, transformando o custo da dívida para moeda e taxa de juros locais.

(b) Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas se utilizam de recursos gerados pelas atividades operacionais para conduzir suas atividades bem como para financiar seus investimentos e crescimento. Para complementar sua necessidade de caixa para crescimento, a Companhia e suas controladas obtém empréstimos e financiamentos junto as principais instituições financeiras do país, substancialmente indexados à variação do CDI. O risco inerente surge da possibilidade de existirem flutuações relevantes no CDI. A política de aplicações financeiras indexadas à variação do CDI mitiga parcialmente este efeito.

(c) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e outras instituições financeiras, os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para clientes do varejo são liquidadas em dinheiro ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado.

O risco de crédito é minimizado em virtude dos recebíveis do emissor e suas controladas serem essencialmente devidos pelas principais operadoras de cartão de crédito que possuem níveis mínimos de classificação de risco.

(d) Risco de liquidez

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do emissor para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do emissor, cumprimento de cláusulas de contratos de financiamentos, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.



5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercados financeiros

A Tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

ii. Estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

A estratégia de proteção patrimonial adotada para gerenciamento de cada um dos riscos encontra-se descrita no item "i" (a) acima.

iii. Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia e suas controladas não possuem opções, *swaptions*, *swaps* com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e "derivativos exóticos", com fins especulativos. A Companhia e suas controladas utilizam-se de *swaps* tradicionais com o propósito de anular perdas cambiais decorrentes de desvalorizações da moeda Real perante estas captações de recursos em moedas estrangeiras.

Consolidado

	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Objeto do hedge	942.885	965.009	786.430
Posição passivo do swap (%) CDI)	(1.000.306)	(1.028.382)	(901.410)
Saldo Contábil de ajuste de swap	(57.421)	(63.373)	(114.980)

Consolidado

	31 de março de 2018	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
Objeto do hedge (dívida)	942.885	965.009	786.430
Custo amortizado	942.885	965.009	786.430
Valor justo	(952.492)	(983.920)	(818.064)
	(9.607)	(18.911)	(31.634)
Swaps			
Custo amortizado	(942.885)	(965.009)	(786.430)
Valor justo	952.492	983.920	818.064
	9.607	18.911	31.634
Posição ativa (Dólar + Pré)			
Custo amortizado	(942.885)	(965.009)	(786.430)
Valor justo	952.492	983.920	818.064
	9.607	18.911	31.634
Posição passiva (% CDI)			
Custo amortizado	(1.000.306)	(1.028.382)	(901.410)
Valor justo	1.000.843	1.044.447	909.824
	537	16.065	8.414
	537	16.065	8.414



5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

iv. Parâmetros utilizados para o gerenciamento dos riscos de mercado

A Companhia adota políticas de controles de riscos associados à variação do CDI, crédito e liquidez conforme descrito no item "I" acima.

v. Se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos.

A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação, reafirmando assim o seu compromisso com a política conservadora de gestão de caixa, seja em relação ao seu passivo financeiro, seja para com a sua posição de disponibilidades.

vi. Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

Os riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são monitorados pelo Comitê de Finanças, responsável pelo acompanhamento do desempenho financeiro do emissor, observado os controles descritos no item "I". O Comitê de Finanças está subordinado ao Conselho de Administração e tem por objetivo principal informar e aconselhar o Conselho de Administração em relação a todas as decisões envolvendo as políticas financeiras do emissor, garantindo que a Companhia sempre cumpra suas obrigações, políticas e responsabilidades financeiras. Os membros do Comitê de Finanças, bem como o critério de independência aplicado para sua composição estão descritos no item 12 do Formulário de Referência.

c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Embora não possua uma política específica de gerenciamento de riscos de mercado, a Companhia entende que sua estrutura operacional possibilita a devida verificação da efetividade das práticas de gerenciamento de riscos.



5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

a) Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os processos de gestão de riscos e de controles internos da B2W estão estabelecidos com base nas premissas do “Internal Control — Integrated Framework emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – COSO 2013”. Neste sentido, a administração possui um conjunto de normas, políticas e procedimentos que constituem a base para a prática de controles internos em todos os níveis da sua estrutura seja em termos hierárquicos ou organizacionais.

O sistema de controles internos da B2W é composto por políticas e atividades de controles no nível da entidade, que consideram:

- Aspectos de conduta é ética;
- Responsabilidade na supervisão do sistema de controles internos através de órgãos de governança (incluindo membros independentes);
- Métricas, incentivos e recompensas compatíveis com a atribuição de responsabilidade nos diferentes níveis hierárquicos;
- Estrutura organizacional compatível com a complexidade do negócio;
- Treinamento e capacitação;
- Segregação de funções;
- Confiabilidade das informações internas e externas.

b) Estruturas organizacionais envolvidas

A Administração do emissor, incluindo a Presidente e o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, é responsável por implantar e manter uma estrutura adequada de controles internos relativos à preparação das Demonstrações Financeiras.

c) Forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da companhia

No nível das transações, as atividades de controles internos são implementadas, monitoradas e avaliadas em todos os estágios dos processos de negócios e no âmbito de tecnologia da informação. Estas atividades de controles variam em sua natureza e abrangem um conjunto de atividades manuais e automatizadas, tais como autorizações e aprovações, conferências, reconciliações e avaliações de desempenho de negócios.

Além disso, a B2W vem investindo no aprimoramento de seus mecanismos de controles internos, notadamente sobre o processo de gerenciamento de acessos às aplicações e gestão de riscos sobre segregação de funções.

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado do auditor independente

O estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia, conduzido pelos auditores independentes, em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras, foi efetuado com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

A diretoria possui a política de reportar no mínimo as deficiências significativas e as fraquezas materiais no que tange o escopo dos controles internos, conforme item 10.2.5(c) do OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/N02/2016. Não obstante, como resultado desse estudo e avaliação, foram apresentados ao emissor sugestões de aprimoramento dos controles, sendo que na avaliação da diretoria da do emissor nenhuma destas se configura como uma deficiência significativa do sistema contábil e de controles internos. Apesar disso, o emissor através do seu movimento contínuo de aprimoramento do sistema de controles internos, irá considerar estes apontamentos na definição dos planos de ação do próximo exercício.

e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado do auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas



5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Não aplicável, uma vez que não foram identificadas deficiências significativas no relatório que o auditor independente encaminhou à administração do emissor.



5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia possui uma política de Gestão de Riscos, que abrange todos os setores, cujo objetivo é formalizar e estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades para controle e mitigação qualitativa e quantitativa dos riscos que afetam o desempenho e o crescimento da Companhia e suas subsidiárias.

Os aspectos abordados por esta política consideram:

Identificação dos Riscos

Verificar e descrever os riscos internos e externos aos quais a empresa está exposta. A identificação dos riscos deve ser realizada com a participação de todas as pessoas envolvidas nos negócios da empresa nos seus diferentes níveis.

Avaliação dos Riscos

Classificar os riscos internos e externos quanto aos aspectos de vulnerabilidade de ocorrência e impacto financeiro aos negócios.

Tratamento e monitoramento dos Riscos

Decidir o tipo de tratamento a ser adotado para cada risco: evitar, mitigar, compartilhar ou aceitar; a partir do grau de apetite ao risco definido pela Companhia;

Acompanhar constantemente cada risco de negócio, através de atividades gerenciais contínuas e/ou avaliações independentes, indicadores de riscos, implantação dos planos de ação e alcance de metas.

Comunicação dos Riscos

Comunicar, de forma clara e objetiva a todas as partes interessadas, os resultados de todas as etapas do processo de gestão de riscos, respeitando as boas práticas de governança exigidas pelo mercado.

Como parte da definição de responsabilidades, a política de Gestão de Riscos foi aprovada pelo Conselho de Administração, bem como os procedimentos e resoluções da Diretoria sobre gestão de riscos, que devem:

- Coordenar a implantação da Política de Gestão de Riscos nas respectivas áreas
 - Aprovar normas específicas para a Gestão de Riscos;
 - Auxiliar na identificação dos riscos aos quais a empresa está exposta, na definição das medidas de redução do grau de exposição aos riscos e no monitoramento da implementação destas medidas;



5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- Monitorar o grau de exposição aos riscos, através de indicadores específicos;
- Garantir infra-estrutura e recursos para a gestão integrada de riscos.

Esta política está sendo revisada para aprimoramento e alinhamento às diretrizes do Código Brasileiro de Governança Corporativa, do IBGC, motivado pelos aspectos previstos pela instrução CVM586 para companhias abertas.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A despeito do acima descrito, a Companhia, por meio de sua Diretoria e Conselho de Administração, monitora o cumprimento de toda a sua estrutura multidisciplinar. A Companhia mantém áreas de controles como as áreas de Controle e Prevenção de Perdas, Jurídico, Segurança da Informação, Controladoria e Auditoria Interna, conforme descrito acima. Todas as áreas de controle são subordinadas às Diretorias da Companhia e os assuntos são abordados junto ao Conselho de Administração somente quando necessário, não havendo periodicidade definida. Já os Comitês apresentam as matérias por eles examinadas, bem como suas recomendações, diretamente ao Conselho de Administração e se reúnem, preferencialmente, na sede social da Companhia pelo menos uma vez por trimestre, ou, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente, por meio de e-mail, telefonemas, vídeo conferência ou pessoalmente.

Embora ainda não possua uma área centralizada de gerenciamento de riscos, a Companhia considera que sua estrutura operacional possibilita a prevenção e detecção de fraudes e erros, com o objetivo de mitigar os riscos inerentes ao negócio que desenvolve.

A constituição desta área está prevista para o ano de 2018 como parte dos esforços dedicados ao alinhamento às diretrizes do Código Brasileiro de Governança Corporativa, do IBGC, motivado pelos aspectos previstos pela instrução CVM586 para companhias abertas”

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

O Código de Ética da Companhia se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados



5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema*

Os diretores, conselheiros e empregados recebem o treinamento em relação ao código de ética e de conduta no processo de ambientação que ocorre no ingresso à Companhia.

- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas*

São previstas aplicações de sanções para cada tema aplicável no código de conduta, a depender da natureza da violação. As sanções variam entre medidas disciplinares até demissões.

- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado*

O código de conduta foi aprovado pelo conselho de administração, em março/2018, e pode ser localizado através do site <https://ri.b2w.digital/governanca-corporativa/codigo-de-etica-e-conduta>.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros*
- se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados*
- se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé*
- órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias*

Associados, fornecedores ou outros *stakeholders* que observarem quaisquer desvios às diretrizes desta Política ou condutas suspeitas devem denunciá-las por meio dos Canais de Denúncia da Companhia, denominados internamente de "DISK ALERTA".

DISK ALERTA PARA ASSOCIADOS

- LASA: 0800 282 25 50 ou diskalerta@lasa.com.br
- B2W: 0800 020 80 20 ou diskalerta@b2wdigital.com
- Direct: 0800 082 50 00 ou diskalerta@directlog.com.br

DISK ALERTA PARA FORNECEDORES E OUTROS TERCEIROS:

- LASA: disk_alerta@lasa.com.br
- B2W: disk_alerta@b2wdigital.com
- Direct: disk_alerta@directlog.com.br

DISK ALERTA PARA CLIENTES:

- 0800 021 48 57

As situações e reclamações reportadas pelos canais acima são tratadas de forma sigilosa havendo, em todos os canais, a opção do anonimato. Todos os envolvidos em denúncias têm reservados os seus direitos à privacidade e confidencialidade, sendo inaceitáveis quaisquer formas de coação ou represálias.



5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Todas as denúncias recebidas serão apuradas pelo DCP – Departamento de Controle e Prevenção de Perdas – e classificadas, ao término da apuração, como: procedente, improcedente ou inconclusiva.

As denúncias apuradas como procedentes terão as punições cabíveis aplicadas.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

A Companhia adota as melhores práticas de mercado nos processos de fusão, aquisição e reestruturação societária, buscando sempre a identificação e mitigação de riscos por meio de processos de diligência, com avaliação dos riscos específicos de cada projeto. As diligências e as análises utilizam as melhores informações disponíveis e aplicáveis e são realizadas por equipes internas e externas, envolvendo escritórios de advocacia de primeira linha e, dependendo da natureza e necessidade do projeto, auditores independentes.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, de acordo com o item 5.4 - a) i.



5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5 - Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos ou no monitoramento de riscos adotado pelo emissor. Dado o atual ambiente político-econômico do país, não há expectativa de redução ou aumento de exposição do emissor aos principais riscos descritos anteriormente.



5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.6 - Outras inf. Relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.



10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 Comentários dos diretores

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A B2W Digital detém a liderança no comércio eletrônico da América Latina em termos de volume de vendas, de acordo com a Internet Retailer em 2017. A B2W Digital tem como propósito CONECTAR PESSOAS, NEGÓCIOS, PRODUTOS E SERVIÇOS EM UMA PLATAFORMA DIGITAL.

Nos últimos três exercícios sociais findos em 2017, 2016 e 2015, a evolução do EBITDA Ajustado foi respectivamente de 8,7%, 22,9%, 10,2%.

A Companhia monitora constantemente suas condições financeiras e patrimoniais para implementar o seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto, médio e longo prazos, para cobrir as suas necessidades de caixa, capital de giro e investimentos de curto, médio e longo prazo, e para manter suas condições financeiras e patrimoniais em níveis apropriados para o desempenho de suas atividades. Tais necessidades são suportadas pela capacidade de geração de caixa operacional e por recursos de terceiros.

Ao longo dos últimos três exercícios sociais, a variação do endividamento e dos indicadores de liquidez acompanhou o crescimento da operação da Companhia. O índice de liquidez corrente ao final dos exercícios de 2017 e 2016, 2015 era, respectivamente, de 1,9x, 1,6x e 1,6x mostrando-se estável ao longo do período. O índice de liquidez imediata ajustado ao final dos exercícios de 2017, 2016 e 2015 era, respectivamente, de 1,2x, 0,6x 0,8x, também demonstrando relativa estabilidade.

Conforme Atas de Reunião da Administração, durante o exercício de 2017 foram subscritas 111.260.123 ações ordinárias, sendo 110.000.000 ações por subscrição privada e 1.260.123 por força do exercício das opções de compra concedidas nos termos do Plano aprovado pela Assembleia Geral de 31 de agosto de 2011, aumentando o capital subscrito da Companhia.

GMV (Gross Merchandise Volume) da B2W Digital:

B2W Digital Financeiras (R\$ milhões)	Demonstrações Consolidadas	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
		2017	2016	2015
GMV (Gross Merchandise Volume)		12.838,5	12.457,7	11.266,4
Receita Bruta		8.763,6	10.520,4	10.509,6

O Marketplace da B2W segue em rápido desenvolvimento e atingiu R\$ 1.796 milhões de GMV no 4T17 (crescimento de 108,4%), com participação de 42,8% do GMV Total. Em 2017, o Marketplace atingiu R\$ 4.533 de GMV (crescimento de 108,0%), representando 35,3% do GMV Total.

A expectativa é que essa operação ganhará cada vez mais relevância e contribuirá para o crescimento e a rentabilidade do segmento de comércio eletrônico. O GMV consolida as vendas de mercadorias próprias, vendas realizadas no Marketplace e outras receitas (excluindo a comissão das vendas do Marketplace), após devoluções e incluindo impostos.

b) estrutura de capital

[A Companhia e suas controladas têm como prioridade garantir o maior retorno para os seus acionistas. Assim, nos últimos anos, a Companhia vem adotando diversas práticas que lhe permitem a combinação de uma estrutura ideal de capital com uma melhoria consistente nas margens operacionais.



6. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ao longo dos últimos 5 anos, a B2W investiu fortemente na sua Plataforma Digital, com o propósito maior de conectar pessoas, negócios, produtos e serviços. Este importante ciclo de investimentos fez parte do Plano Estratégico da Companhia para enfrentar os desafios estruturais e logísticos do país, criando a melhor experiência para o cliente.

O caixa da B2W, excluindo os efeitos do FIDC, em 31/12/2017 totalizou R\$ 4.559,6 milhões, cobrindo 3,4 vezes o endividamento de curto prazo da Companhia, que totalizou R\$ 1.347,7 milhões.

A dívida líquida em 2017 foi de R\$ 1.466,2 milhões – desconsiderando o montante de R\$ 1.210 milhões do aumento de capital – a dívida líquida aumentou em R\$ 955,4 milhões), equivalente a um índice de “dívida líquida/EBITDA Ajustado 12 meses” de 2,4x, em 31 de dezembro de 2016, foi de R\$ 1.720,8 milhões, equivalente a um índice de “dívida líquida/EBITDA Ajustado 12 meses” de 2,5x, o que demonstra uma estrutura de capital conservadora. Ao final de 2015, o endividamento (caixa) líquido consolidado foi de R\$ 918,7 milhões, equivalente a um índice de “dívida líquida/EBITDA Ajustado 12 meses” de 1,5x. O EBITDA Ajustado é definido como o lucro operacional antes dos juros, impostos, depreciação e amortização e excluindo outras receitas/despesas operacionais e equivalência patrimonial.

**Exercício
social findo
em 31 de
dezembro de**

	2017	2016	2015
(em Reais mil)			
Total capital de terceiros ⁽¹⁾	6.242.029	4.266.179	4.167.400
Total capital próprio	3.905.713	3.078.002	2.706.133
Financiamento total	10.147.742	7.344.181	6.873.533
Relação capital de terceiros sobre Financiamento total	61,5%	58,1%	60,6%
Relação capital próprio sobre Financiamento total	38,5%	41,9%	39,4%

⁽¹⁾ Corresponde à soma de empréstimos e financiamento e debêntures circulante e não circulante

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 a posição total de disponibilidades e contas a receber dos cartões de crédito líquido de antecipação da Companhia era de R\$ 4.775,9 milhões e R\$ 2.545,4 milhões, respectivamente, enquanto a sua dívida líquida totalizava, em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, R\$ 1.466,2 milhões e R\$ 1.720,8 milhões, respectivamente. No ano completo, o consumo de caixa reduziu R\$ 669,7 milhões. Desconsiderando o montante de R\$ 1.210 milhões do aumento de capital, a dívida líquida aumentou em R\$ 955,4 milhões.

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 a posição total de disponibilidades e contas a receber dos cartões de crédito líquido de antecipação da Companhia era de R\$ 2.545,4 milhões e R\$ 3.282,5 milhões, respectivamente, enquanto a sua dívida líquida totalizava, em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, R\$ 1.720,8 milhões e R\$ 918,7 milhões, respectivamente. A variação da dívida líquida quando comparada com o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, ocorreu pelo crescimento do serviço da dívida, decorrente do aumento da alavancagem, spread bancário mais elevado e do aumento do CDI. Além disso, houve o aumento da necessidade de capital



6. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de giro no período, impactado principalmente pelo maior volume de pagamentos líquido feitos a fornecedores de R\$ 221,5 e pelo investimento de R\$ 459,9 milhões, com foco em melhorias tecnológicas e logísticas das operações da Companhia.

Para fazer frente às incertezas e à volatilidade no mercado financeiro, a Companhia tem como orientação preservar o caixa e alongar o perfil da dívida. Ao longo dos últimos anos, diversas medidas foram tomadas com este objetivo, tais como a criação do fundo de investimentos em direitos creditórios (FIDC) para garantir as antecipações de cartão de crédito e a emissão de debêntures de longo prazo, o que permitiu à Companhia consolidar seu plano de crescimento no longo prazo.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As principais fontes de financiamento da Companhia ao longo dos últimos três exercícios sociais foram: (i) geração de caixa por meio da sua operação, (ii) linhas de empréstimos com os principais bancos locais e estrangeiros, além da parceria de bancos e agências de fomento para o financiamento de seus projetos de expansão e inovação, (iii) e desconto de recebíveis de cartão de crédito, ou seja, antecipação do fluxo de recebimento das vendas que foram realizadas por meio de cartões de crédito, no qual a Companhia é descontada por uma taxa acordada. Este tipo de operação pode ser realizada por meio das administradoras de cartão, dos bancos ou do FIDC, ficando esta decisão a critério da Companhia, e (iv) aportes de capital realizados pelos acionistas da Companhia para que a Companhia siga investindo na sua plataforma digital.

A Companhia entende também que essas fontes são suficientes para cobrir as suas necessidades de capital de giro e de investimentos de curto e longo prazo, bem como para manter suas disponibilidades de caixa em níveis apropriados para o desempenho de suas atividades.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que a Companhia pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia pretende continuar utilizando as fontes de recursos atuais para suprir eventuais necessidades de caixa futuras. A Companhia possui limites de créditos aprovados e ainda não utilizados com as principais instituições financeiras do país e entende que o mercado de capitais local suportaria novas emissões de debêntures. Uma fonte ainda não explorada é o mercado de capitais externo, que poderá propiciar à Companhia alcançar prazos de financiamento mais longos do que os usualmente praticados no mercado local.



6. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

f) níveis de endividamento e características das dívidas, descrevendo, ainda:

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é o de assegurar a continuidade de suas operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para minimizar os custos a ela associados. A Companhia monitora os níveis de endividamento por meio do índice de Dívida Líquida/EBITDA ajustado, o qual no seu entendimento representa, de forma mais apropriada, a sua métrica de endividamento, pois reflete as obrigações financeiras consolidadas líquidas das disponibilidades imediatas para pagamentos, considerada sua geração de caixa operacional. A sólida posição financeira da Companhia e sua longa relação com as principais instituições financeiras e com o mercado de capitais lhe garantem condições de acesso bastante confortáveis para captação de recursos.

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Contratos de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras:

Segue abaixo a composição dos empréstimos e financiamentos na visão consolidada:

	2017	2016	2015
Em moeda nacional			
BNDES (a)	272.474	359.754	414.660
BNDES (a)	390.387	435.626	379.580
BNDES (a)	13.824	18.181	22.539
FINEP	213.372	226.844	231.570
Capital de giro	3.982.029	1.629.349	1.404.908
FIDC (d)	216.292	525.856	645.983
Em moeda estrangeira(b)			
Capital de giro (c)	965.009	786.430	964.300
Operações de swap	63.373	114.980	(63.073)
Custo com as captações (IOF e outras)	(74.996)	(31.603)	(33.795)
	<u>6.041.764</u>	<u>4.065.417</u>	<u>3.966.672</u>
Parcela do não circulante	<u>4.478.071</u>	<u>3.539.288</u>	<u>3.619.296</u>
Parcela do circulante	<u>1.563.693</u>	<u>526.129</u>	<u>347.376</u>

a) Financiamentos do BNDES relacionados ao programa FINEM (investimentos em logística e tecnologia), FINAME (aquisição de máquinas e equipamentos) e PEC (Capital de Giro);

b) As operações em moedas estrangeiras encontram-se protegidas contra oscilações de câmbio, por intermédio de instrumentos financeiros derivativos de swap;



6. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- c) Captação na modalidade prevista na Resolução no 2.770, publicada pelo Banco Central do Brasil;
- d) Representa o saldo das quotas sênior e subordinadas mezanino emitidas pelo FIDC.

BNDES

O último contrato com o BNDES foi firmado em 2014 e previu financiamentos relacionados aos programas FINEM (investimentos em logística e tecnologia), FINAME (aquisição de máquinas e equipamentos) e PEC (Capital de Giro) durante os anos de 2013, 2014 e 2015. O crédito inicial concedido para o projeto foi de R\$ 1.452,7 milhões, com prazo de vencimento em 2022 com garantia de fianças bancárias.

O saldo devedor total dos contratos de financiamento com o BNDES era de R\$ 676,7 milhões em 31 de dezembro de 2017.

FINEP

O contrato com a FINEP foi firmado em 2014 e previu financiamentos relacionados à inovação de natureza tecnológica, com foco em desenvolvimento de produto e/ou criação ou aprimoramento de processos, no período compreendido entre 2014 e 2015.

Os créditos concedidos contam com garantia de fianças bancárias.

O saldo devedor do financiamento com a FINEP era de R\$ 213,4 milhões em 31 de dezembro de 2017.

Capital de giro

A Companhia obtém empréstimos de capital de giro junto às principais instituições financeiras do país, substancialmente indexados à variação do CDI (111% a 139% do CDI).

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de empréstimo de capital de giro da Companhia era de R\$ 3.983,0 milhões.

FIDC

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios do Varejo (“Fênix FIDC do Varejo”) tem a finalidade de adquirir direitos de crédito de titularidade da Companhia e da controlada B2W (“Cedentes”), originários das vendas, por meio de cartões de crédito, realizadas pelas Cedentes aos seus clientes. O Fênix FIDC do Varejo tem prazo de duração indeterminado, sendo que cada emissão/série de quotas terá prazo de vencimento determinado. Em 21 de junho de 2013, foram ampliadas as operações do Fênix FIDC do Varejo, e a amortização final está programada para o 60º (sexagésimo) mês.

Em 31 de dezembro de 2017, as quotas do Fênix FIDC do Varejo totalizavam R\$ 216,3 milhões, sendo R\$ 207,6 milhões em quotas Sênior e R\$ 8,7 milhões em quotas Mezanino.

Operações de SWAP

A Companhia utiliza-se de swaps tradicionais com o propósito de anular perdas cambiais decorrentes de desvalorizações da moeda Real (R\$) perante estas captações de recursos em moeda estrangeira.

A contraparte desses swaps tradicionais é a instituição financeira provedora dos empréstimos em moeda estrangeira (dólares americanos). Essas operações de swap referenciados em CDI visam anular o risco cambial, transformando o custo da dívida para moeda e taxa de juros locais, variando de 121,5% a 139,0% do CDI.

Os contratos de swap possuíam, em 31 de dezembro de 2017, um valor de R\$ 63,4 milhões no consolidado. Essas operações estão casadas em termos de valor, prazos e taxas de juros. A Companhia tem a intenção de liquidar tais contratos simultaneamente com os respectivos empréstimos. Nesse tipo de operação não existem cláusulas contratuais de chamada de margem.

Empréstimos e financiamentos de longo prazo por ano de vencimento



6. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os empréstimos e financiamentos de longo prazo por ano de vencimento resumem-se conforme a tabela abaixo:

Consolidado

	2017	2016	2015
2017	-	-	333.027
2018 (*)	-	1.790.626	1.868.800
2019	965.471	1.011.878	862.761
2020	2.440.018	563.057	414.297
2021	794.001	112.094	91.003
2022	266.742	61.633	49.408
2023	8.359	-	-
2024	3.480	-	-
	4.478.071	3.539.288	3.619.296

(*) Representado principalmente pelo Fundo Fênix do Varejo - FIDC

Emissão de debêntures pela B2W Digital

Em 2010 foi aprovada a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única da B2W Digital. O montante total captado foi de R\$ 200 milhões, destinados a reforçar o capital de giro da Companhia. Atualmente, seu prazo de vencimento é em 2022.

Data de Emissão	Vencimento	Tipo	Títulos em data de emissão	Valor na Encargos financeiros	Valor na Encargos	
					circulação	anuais
emissão (a)					2017	2016

1ª

Emissão 22.12.2010 22.12.2022 Privada 200.000 1.000 125,0% CDI 200.265 200.762 privada

a) Em 10/11/2016, em Assembleia Geral de Debenturistas, por deliberação do único debenturista, foi aprovada a celebração do aditamento à Escritura de Emissão ("Aditamento") com o propósito de: (a) alterar a data de vencimento para 22/12/2022; (b) alterar a taxa de remuneração que passa a ser de 125% da Taxa DI; (c) alterar a escritura de emissão de forma a autorizar o resgate antecipado facultativo; e (d) excluir a obrigação de a Companhia observar o índice financeiro Dívida Líquida Consolidada/EBITIDA Adaptado menor ou igual 3,5x. Não houve mudança substancial aos termos iniciais deste instrumento de dívida. Segue abaixo a descrição da debênture emitida e que ainda está em vigor:



6. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Natureza	1ª emissão privada
Data de emissão	22.12.2010
Data de vencimento	22.12.2022
Quantidade emitida	200
Valor unitário	R\$ 1.000
Encargos financeiros anuais	125,0% DI
Conversibilidade	Simples, não conversíveis em ações
Tipo e forma	Nominativas e escriturais
Amortização do valor unitário	Integral na data do vencimento
Pagamento dos juros remuneratórios	22 de dezembro de cada ano (2011 a 2022)
Garantias	Não possui

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras
Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 a Companhia não possuía outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas
Não existe grau de subordinação contratual entre nossas dívidas. Com efeito, as dívidas da Companhia que são garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei. Note-se que, em eventual concurso universal de credores, , a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com a lei 11.101 de 2005: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) arrendamento mercantil (garantia real); (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio..

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições
A Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas de dívida (*debt covenants*) constantes dos contratos de empréstimo e financiamentos. Essas cláusulas incluem, entre outras, a manutenção de certos índices financeiros, calculados com base nas demonstrações financeiras divulgadas pela Administração. Em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, a Companhia cumpriu com as obrigações assumidas nesses contratos e atendeu às cláusulas restritivas de dívida (*debt covenants*) ali determinadas.
Os contratos de empréstimo e financiamentos que a Companhia é parte também possuem restrições em relação a distribuição de dividendos acima do mínimo legal caso a Companhia não esteja adimplente com suas obrigações, alienação de ativos e alteração de controle societário.
Ainda que não aplicável integralmente a todos os contratos em vigor nesta data, inclusive com estipulação de limites distintos para cada contrato, a Companhia informa que possui disposições de “*cross default*” em seus instrumentos financeiros vigentes.

Cálculo de índices financeiros (covenants) aplicáveis aos contratos de capital de giro
Nos termos de certos contratos de capital de giro, a Companhia está sujeita ao índice financeiro Dívida Líquida Consolidada/EBITDA Ajustado menor ou igual a 3,5x, a ser



6. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

verificado trimestralmente ou semestralmente pelas instituições credoras com base nas informações financeiras consolidadas divulgadas regularmente pela Companhia.

A Companhia vem cumprindo com as obrigações de índice financeiro assumidas nesses contratos.

Outras Restrições e Limitações impostas pelos Contratos Financeiros

A Companhia possui cláusulas de vencimento antecipado em linha com as usuais do mercado.

g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Contrato	BNDES FINEM 12/03/2014	FINEP 09/12/2014	FINEP 09/05/2017
Valor contratado disponível (R\$ MM)	835,5	231,2	64,7
Posição em 31/12/2015	758,0	231,2	-
	Percentual de utilização (%)	65,8%	100%
Posição em 31/12/2016	835,5	-	-
	Percentual de utilização (%)	100,0%	-
Posição em 31/12/2017	Valor liberado acumulado (R\$ MM)	-	43,1
	Percentual de utilização (%)	-	66,66%

BNDES FINEM (de 12/03/2014): Projetos de tecnologia e inovação, abertura de quiosques e centros de distribuição no período de 2013 a 2015.

FINEP (de 09/12/2014): Desenvolvimento de 8 projetos de tecnologia e inovação no período de 2014 a 2016.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

2017

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Descrição das principais linhas do nosso resultado

Receita Líquida

A receita líquida da Companhia é composta, principalmente, por revenda de mercadorias. A receita comprehende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

O Grupo reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo. O Grupo baseia



6. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Impostos e Devoluções sobre Vendas

ICMS

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS é um tributo estadual incidente sobre a receita bruta em cada etapa da cadeia de produção e comercialização.

As alíquotas internas de ICMS variam entre 7% e 25% conforme a legislação de cada estado e região brasileira (Norte, Sul, Sudeste, Nordeste e Centro Oeste).

PIS e COFINS

Sobre a receita de venda de mercadorias e serviços incidem as alíquotas de 1,65% para o PIS e 7,6% para o COFINS. Adotamos o regime não cumulativo, podendo descontar créditos auferidos em compras e outras despesas.

Devoluçãoes sobre Vendas

Os montantes relativos às devoluções de vendas, efetuadas, são registrados como deduções da receita operacional bruta.

Custo das Mercadorias Vendidas e Serviços Prestados

O custo das mercadorias vendidas é apurado com base no custo médio de aquisição e registrado na data de transferência de controle do ativo comercializado. Além disso, contabilizamos também como custo das mercadorias os gastos com frete necessários para serem comercializadas.

Despesas com Vendas

Nossas despesas com vendas são decorrentes das operações diretamente ligadas ao e-commerce de mercadorias. As principais despesas são: pessoal, ocupação e distribuição, que consiste, principalmente, no aluguel dos centros de distribuição.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas são incorridas no gerenciamento e suporte das atividades operacionais. As principais despesas gerais e administrativas da Companhia são os gastos com pessoal, a depreciação e amortização dos investimentos realizados.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais

As outras receitas operacionais consistem em provisões para contingências, despesas com planos de ações, participação de empregados, alienação de investimentos, baixas dos custos com alienações e respectivos impostos destas alienações, além de indenizações a clientes.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro é a diferença entre as receitas e despesas financeiras. Os principais grupos que integram o resultado financeiro são Juros e variação monetária sobre empréstimos e financiamentos e despesas com antecipações de recebíveis.

Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

A provisão para imposto sobre a renda e contribuição social está relacionada ao lucro tributável dos exercícios, sendo as alíquotas para as atividades de varejo de 25% para IRPJ e 9% para CSLL. A alíquota efetiva da Companhia é composta por Imposto de renda e Contribuição social corrente e diferidos conforme as melhores práticas contábeis.



6. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

2017 x 2016

CONSOLIDADO

	2017	A.V.%	2016	A.V.%	Var. % 2017 x 2016
Receita operacional líquida	7.120.777	100,0	8.601.311	100,0	(17,2)
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	(5.554.882)	(78,0)	(6.889.181)	(80,1)	(19,4)
LUCRO BRUTO	1.565.895	22,0	1.712.130	19,9	(8,5)
Despesas com vendas	(841.311)	(11,8)	(942.976)	(11,0)	(10,8)
Despesas gerais e administrativas	(436.995)	(6,1)	(372.750)	(4,3)	17,2
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(39.738)	(0,6)	(35.325)	(0,4)	12,5
Resultado financeiro	(868.541)	(12,2)	(1.084.278)	(12,6)	(19,9)
Imposto de renda e contribuição social	208.940	2,9	237.298	2,8	(12,0)
Prejuízo líquido do período	(411.750)	(5,8)	(485.901)	(5,6)	(15,3)

Resultados referentes ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2017 comparados com 2016

	2017	2016	A.H.%
Receita operacional líquida	7.120.777	8.601.311	-17,2%

A receita líquida do período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi de R\$ 7.120,8 milhões e R\$ 8.601,3 milhões, respectivamente representando uma queda de 17,2% em 2017 comparativamente ao período anterior. Essa variação é representada pela redução de vendas diretas, devido a um equilíbrio diferente do modelo de negócio, com o rápido crescimento das vendas do *Marketplace*, onde a Companhia figura como intermediária e recebe uma comissão sobre as vendas realizadas por terceiros. O modelo de comissionamento gera receitas menores do que as vendas diretas, porém com margens bastante superiores. Dessa forma, a Companhia analisa a evolução de suas vendas pelo GMV, que considera as vendas de mercadorias próprias e de terceiros.

	2017	2016	A.H.%
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	(5.554.882)	(6.889.181)	-19,4%

O total de Custos das Mercadorias Vendidas atingiu, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, o valor de R\$ 5.554,9 milhões, representando uma queda de R\$ 1.334,3 mil, ou 19,4% em relação ao total de R\$ 6.889,2 milhões, obtido no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. A redução de 19,4% está em linha com a redução de vendas diretas, devido à migração de vendas para o *Marketplace*, onde a Companhia figura como intermediária e recebe uma comissão sobre as vendas realizadas por terceiros, ao invés de vendas de mercadorias próprias.



6. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>A.H.%</u>
Lucro bruto	1.565.895	1.712.130	-8,5%

O Lucro Bruto atingiu R\$ 1.565,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, sendo 8,5% inferior ao apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, de R\$ 1.712,1 milhões. O Lucro Bruto de 2016 representa uma margem de 19,9% da Receita Líquida, comparado à margem de 22,0% do Lucro Bruto de 2017 em relação à Receita Líquida obtida em 2017.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>A.H.%</u>
Despesas com vendas	(841.311)	(942.976)	-10,8%

Em 31 de dezembro de 2017, o valor de R\$ 841,3 milhões, representando uma queda de R\$ 94,5 milhões, ou 10,8%, quando comparado ao saldo de R\$ 943 milhões, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016. A redução de 10,8% é representada pela redução de R\$ 72,5 milhões de despesas de pessoal em 31 de dezembro de 2017 em comparação com o mesmo período do ano anterior. Essa redução está diretamente relacionada com a diminuição das vendas.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>A.H.%</u>
Despesas gerais e administrativas	(436.995)	(372.750)	17,2%

Em 31 de dezembro de 2017, o valor de R\$ 437 milhões, representando um aumento de R\$ 64,2 milhões, ou 17,2%, em relação aos R\$ 372,8 milhões obtidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Essa variação é representada pelo aumento da depreciação e amortização da Companhia, no valor de R\$ 40,6 milhões em comparação com o mesmo período do ano anterior. Este aumento está de acordo com o Business Plan da Companhia que começou a amortizar em 2017 os projetos que estavam sendo capitalizados em 2016.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>A.H.%</u>
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(39.738)	(35.325)	12,5%

Em 31 de dezembro de 2017, o valor de R\$ 39,7 milhões, representando um aumento de R\$ 4,4 milhões, ou 12,5%, em relação aos R\$ 35,3 milhões obtidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Em 2017 não há ganhos não recorrentes relevantes e as demais despesas registradas nesta linha não apresentaram variações relevantes.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>A.H.%</u>
Resultado financeiro	(868.541)	(1.084.278)	-19,9%

O total dessa rubrica passou de uma despesa líquida de R\$ 1.084,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para uma despesa líquida de R\$ 868,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, apresentando uma variação de 19,9% ou R\$ 215,8 milhões. A redução em despesas financeiras está ligada principalmente à variação do ajuste a valor presente de fornecedores em função de um saldo menor com fornecedores devido à migração para o Marketplace (1P para 3P).



6. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	2017	2016	A.H.%
Imposto de renda e contribuição social	208.940	237.298	-12,0%

Em 31 de dezembro de 2017, o valor de Imposto de Renda e Contribuição Social da Companhia foi positivo em R\$ 208,9 milhões, contra R\$ 237,3 milhões positivos em 31 de dezembro de 2016, representando uma redução de R\$ 28,4 milhões ou 12,0% negativos. Os valores dos impostos são diretamente proporcionais à receita líquida e não identificamos variações relevantes nos períodos.

	2017	2016	A.H.%
Prejuízo líquido do período	(411.750)	(485.901)	-15,3%

Em decorrência dos fatores acima mencionados, o prejuízo líquido do período findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 411,7 milhões, comparado ao prejuízo líquido R\$ 485,9 milhões registrados no mesmo período de 2016, o que equivale a uma redução no prejuízo de 15,3%. Em linhas gerais, o fator mais relevante para a redução do prejuízo em 2017 foi a melhora do resultado financeiro, apresentando uma variação de 19,9% ou R\$ 215,7 milhões.

2016 x 2015

CONSOLIDADO

	2016	A.V.%	2015	A.V.%	Var. % 2016 x 2015
Receita operacional líquida	8.601.311	100,0	9.013.779	100,0	(4,6)
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	(6.889.181)	(80,1)	(7.226.275)	(80,2)	(4,7)
LUCRO BRUTO	1.712.130	19,9	1.787.504	19,8	(4,2)
Despesas com vendas	(942.976)	(11,0)	(1.037.489)	(11,5)	(9,1)
Despesas gerais e administrativas	(372.750)	(4,3)	(379.781)	(4,2)	(1,9)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(35.325)	(0,4)	41.897	0,5	(184,3)
Resultado financeiro	(1.084.278)	(12,6)	(818.323)	(9,1)	32,5
Imposto de renda e contribuição social	237.298	2,8	(12.245)	(0,1)	(2.037,9)
Prejuízo líquido do período	(485.901)	(5,6)	(418.437)	(4,6)	16,1

Resultados referentes ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2016 comparados com 2015

	2016	2015	A.H.%
Receita operacional líquida	8.601.311	9.013.779	-4,6%

A receita líquida do período findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi de R\$ 8.601,3 milhões e R\$ 9.013,8 milhões, respectivamente representando uma queda de 4,6% em 2016 comparativamente ao período anterior. Essa redução é representada pela redução de vendas diretas, devido a um equilíbrio diferente do modelo de negócio, com o rápido crescimento das vendas do *Marketplace*, onde a Companhia figura como intermediária e recebe uma comissão



6. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

sobre as vendas realizadas por terceiros. O modelo de comissionamento gera receitas menores do que as vendas diretas, porém com margens bastante superiores. Dessa forma, a Companhia analisa a evolução de suas vendas pelo GMV, que considera as vendas de mercadorias próprias e de terceiros.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>A.H.%</u>
--	-------------	-------------	--------------

Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados (6.889.181) (7.226.275) -4,7%

O total de Custos das Mercadorias Vendidas atingiu, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, o valor de R\$ 6.889,1 milhões, representando uma queda de R\$ 337,09 mil, ou 4,7% em relação ao total de R\$ 7.226,7 milhões, obtido no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015. A redução de 4,7% está em linha com a redução de vendas diretas, devido à migração de vendas para o *Marketplace*, onde a Companhia figura como intermediária e recebe uma comissão sobre as vendas realizadas por terceiros, ao invés de vendas de mercadorias próprias.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>A.H.%</u>
--	-------------	-------------	--------------

Lucro bruto 1.712.130 1.787.504 -4,2%

O Lucro Bruto atingiu R\$ 1.712,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, sendo 4,2% inferior ao apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, de R\$ 1.787,5 milhões. O Lucro Bruto de 2015 representa uma margem de 19,9% da Receita Líquida, comparado à margem de 19,8% do Lucro Bruto de 2015 em relação à Receita Líquida obtida em 2014.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>A.H.%</u>
--	-------------	-------------	--------------

Despesas com vendas (942.976) (1.037.489) -9,1%

Em 31 de dezembro de 2016, o valor de R\$ 943 milhões, representando uma queda de R\$ 94,5 milhões, ou 9,1%, quando comparado ao saldo de R\$ 1.037,4 milhões, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015. A redução de 9,1% é representada pela redução de R\$140,8 milhões de despesas de distribuição em 31 de dezembro de 2016 em comparação com o mesmo período do ano anterior. Essa redução ocorreu pela substituição da contratação de serviços de transportes de terceiros pela Companhia por serviços próprios realizados por suas empresas de transporte.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>A.H.%</u>
--	-------------	-------------	--------------

Despesas gerais e administrativas (372.750) (379.781) -1,9%

Em 31 de dezembro de 2016, o valor de R\$ 372,8 milhões, representando uma queda de R\$ 7 milhões, ou 1,9%, em relação aos R\$ 379.781,6 milhões obtidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Essa variação é resultado da queda de outras despesas gerais e administrativas de 75,2%, ou seja, de R\$ 46,0 milhões, relacionada, principalmente, com indenizações judiciais e honorárias advocatícios em 31 de dezembro de 2016 em comparação com o mesmo período do ano anterior. Esta redução ocorreu como efeito do programa de aproximação com o cliente, onde a Companhia por meio de diversos canais atende às necessidades de seu público diminuindo assim os processos instaurados contra a Companhia por clientes insatisfeitos com seu atendimento.



6. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>A.H.%</u>
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(35.325)	41.897	-184,3%
A rubrica passou de uma receita de R\$ 41,9 milhões no exercício de 2015, para uma despesa de R\$ 35,2 milhões no exercício de 2016, apresentando uma queda de 184,3%. O principal efeito registrado em outras despesas é relacionado ao ganho líquido de R\$ 99,1 milhões na alienação das empresas Ingresso.com e B2W Viagens em 2015. Em 2016 não há ganhos não recorrentes relevantes e as demais despesas registradas nesta linha não apresentaram variações relevantes.			
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>A.H.%</u>
Resultado financeiro	(1.084.278)	(818.323)	32,5%
O total dessa rubrica passou de uma despesa líquida de R\$ 818,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para uma despesa líquida de R\$ 1.084,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, apresentando uma variação de 32,5% ou R\$ 266 milhões. O aumento do resultado financeiro está atrelado principalmente ao total de dívida. A variação da dívida líquida quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, ocorreu pelo crescimento do serviço da dívida, decorrente do aumento da alavancagem, spread bancário mais elevado e do aumento do CDI. Além disso, o aumento da necessidade de capital de giro no período, impactado principalmente pelo maior volume de pagamentos líquido feitos a fornecedores e investimentos, com foco no imobilizado e desenvolvimento de websites e sistemas da Companhia, impactaram a variação da dívida líquida no período.			
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>A.H.%</u>
Imposto de renda e contribuição social	237.298	(12.246)	-2037,8%
Em 31 de dezembro de 2016, o valor de IR e Contribuição Social da Companhia foi positivo em R\$ 237,3 milhões, contra R\$ 12,2 milhões negativos em 31 de dezembro de 2015, representando um aumento de R\$ 249,5,6 milhões ou 2037,8% negativos. O saldo positivo de imposto de renda e contribuição social em 2016 é devido principalmente ao prejuízo do período antes do imposto de renda e da contribuição social de R\$ 723,2,5 milhões. Em 2015, o saldo negativo é devido principalmente pela reversão do ativo fiscal diferido na Companhia no valor de R\$ 143,8 milhões.			
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>A.H.%</u>
Prejuízo líquido do período	(485.901)	(418.437)	16,1%
Em decorrência dos fatores acima mencionados, o prejuízo líquido do período findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 485,9 milhões, comparado ao prejuízo líquido R\$ 418,4 milhões registrados no mesmo período de 2015, o que equivale a um aumento no prejuízo de 16,1%. Em linhas gerais, o fator mais relevante para o aumento do prejuízo em 2016 foi a deterioração do resultado financeiro, que em 2016 foi negativo de R\$ 1.084,3 milhões, contra R\$ 818,3 milhões negativo, em 31 de dezembro de 2015 apresentando uma variação de 32,5% ou R\$ 266 milhões.			



6. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Balanço Patrimonial referente ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2017 comparado com 2016

	Consolidado				
	2017	AV%	2016	AV%	A.H. 2017 x 2016 %
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	1.469.500	11,6	224.248	2,2	555,3
Títulos e valores mobiliários	2.987.229	23,7	1.742.541	17,0	71,4
Contas a receber de clientes	414.750	3,3	689.083	6,7	(39,8)
Estoques	1.207.347	9,6	1.541.324	15,1	(21,7)
Outros circulantes	880.699	7,0	739.204	7,2	19,1
Total do ativo circulante	6.959.525	55,1	4.936.400	48,2	41,0
Realizável a longo prazo:					
Outros não circulantes	2.206.597	17,5	1.881.549	18,4	17,3
	2.206.597	17,5	1.881.549	18,4	17,3
Imobilizado	469.844	3,7	538.290	5,3	(12,7)
Intangível	2.987.161	23,7	2.885.110	28,2	3,5
Total do ativo não circulante	5.663.602	44,9	5.304.949	51,8	6,8
Total do ativo	12.623.127	100,0	10.241.349	100,0	23,3

Balanço Patrimonial referente ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2017 comparado com 2016

Ativo Circulante

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários:

O saldo de caixa e equivalente de caixa mais títulos e valores mobiliários atingiu em 31 de dezembro de 2017, o valor total de R\$ 4.456,7 milhões, contra R\$ 1.966,8 milhões, em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de R\$ 2.489,9 milhões ou 626,7%. A variação do disponível da Companhia ocorreu, basicamente, pelos aportes de capital recebidos da controladora e pela captação de novos empréstimos.

Contas a receber de clientes:

O saldo dessa rubrica atingiu, em 31 de dezembro de 2017, o valor total de R\$ 414,8 milhões contra R\$ 689,1 milhões, em 31 de dezembro de 2016, representando uma redução de R\$ 274,3 milhões ou 39,8%. A variação do saldo está relacionada a redução das antecipações devido ao término do FIDC.

Estoques:

O saldo dessa rubrica atingiu, em 31 de dezembro de 2017, o valor de R\$ 1.207,3 milhões, contra R\$ 1.541,3 milhões, em 31 de dezembro de 2016, representando uma redução de R\$ 334,0 milhões ou, 21,7%. A variação dessa rubrica está em linha com a estratégia da empresa de migração progressiva das vendas para o Marketplace (1P para 3P).



6. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ativo Não Circulante

Imobilizado:

O saldo dessa rubrica atingiu, em 31 de dezembro de 2017, o valor de R\$ 469,8 milhões, contra R\$ 538,3 milhões, em 31 de dezembro de 2016, representando uma variação de R\$ - 68,4 milhões, ou -12,7%. A variação refere-se basicamente à depreciação do período de R\$ 62,4 milhões.

Intangível:

O saldo dessa rubrica atingiu, em 31 de dezembro de 2017, o valor de R\$ 2.987,2 milhões, contra R\$ 2.885,1 milhões, em 31 de dezembro de 2016, representando uma variação de R\$ 102,1 milhões ou 3,5%. Os investimentos totalizaram R\$ 376,0 milhões e foram realizados, em grande parte, no desenvolvimento de websites e sistemas. A amortização do período totalizou R\$ 273,1 milhões.

	Consolidado				
	2017	AV%	2016	AV%	A.H. 2017 x 2016 %
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	1.766.581	14,0	2.107.960	20,6	(16,2)
Empréstimos e financiamentos	1.563.693	12,4	526.129	5,1	197,2
Debêntures	265	0,0	762	0,0	(65,2)
Outros circulantes	366.867	2,9	484.575	4,7	(24,3)
	3.697.406	29,3	3.119.426	30,5	18,5
NÃO CIRCULANTE					
Exigível a longo prazo:					
Empréstimos e financiamentos	4.478.071	35,5	3.539.288	34,6	26,5
Debêntures	200.000	1,6	200.000	2,0	-
Outros não circulantes	341.937	2,7	304.633	3,0	12,2
	5.020.008	39,8	4.043.921	39,5	24,1
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	5.709.151	45,2	4.483.041	43,8	27,3
Reservas de capital	51.373	0,4	38.927	0,4	32,0
Outros	(1.854.561)	(14,7)	(1.444.016)	(14,1)	24,8
	3.905.963	30,9	3.077.952	30,1	26,9
Participação de Acionistas Não Controladores	(250)	0,0	50	0,0	(600,0)
Total do patrimônio líquido	3.905.713	30,9	3.078.002	30,1	26,9
Total do passivo e do patrimônio líquido	12.623.127	100,0	10.241.349	100,0	23,3



6. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivo Circulante e Não Circulante

Fornecedores:

O saldo dessa rubrica atingiu, em 31 de dezembro de 2017, o valor de R\$ 1.766,6 milhões, contra R\$ 2.108 milhões, em 31 de dezembro de 2016, representando uma redução de R\$ 341,4 milhões ou 16,2%. A variação ocorreu pela estratégia de mudança para o Marketplace (1P para 3P).

Empréstimos e financiamentos (Curto e Longo Prazo):

O saldo dessa rubrica atingiu, em 31 de dezembro de 2017, o valor de R\$ 6.041,8 milhões, contra R\$ 3.966,7 milhões, em 31 de dezembro de 2015, representando uma variação positiva de R\$ 1.976,3 milhões, ou 48,6%. O aumento foi impulsionado, principalmente pela captação de novos empréstimos de 2.681,4 milhões e incremento de juros de R\$ 532,3 milhões. Em contrapartida, houve liquidação de principal de 512,8 milhões e pagamento de juros de R\$ 495,6 milhões.

Debêntures (Curto e Longo Prazo):

O saldo dessa rubrica atingiu, em 31 de dezembro de 2017 o valor de R\$ 200,3 milhões, contra R\$ 200,8 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando uma variação de R\$ 0,05 milhões, ou 0,02%. Neste período não houve variação relevante.

Patrimônio Líquido

Capital social:

O saldo dessa rubrica atingiu, em 31 de dezembro de 2017, o valor de R\$ 5.709,2 milhões, contra R\$ 4.483,0 milhões em 31 de dezembro de 2016, devido ao aumento de Capital na Companhia no montante de 1.226,1 milhões.

Reservas de capital:

O saldo dessa rubrica atingiu, em 31 de dezembro de 2017, o valor de R\$ 51,4 milhões contra R\$ 38,9 milhões de 31 de dezembro de 2016 com variação de R\$ 12,4 milhões ou 32% referente à apropriação do plano de ações da Companhia.

Participação de acionistas não controladores:

Neste período não houve variação relevante.

Balanço Patrimonial referente ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2016 comparado com 2015

	Consolidado				
	2016	AV%	2015	AV%	A.H. 2016 x 2015 %
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	224.248	2,2	329.424	3,3	(31,9)
Títulos e valores mobiliários	1.742.541	17,0	2.239.205	22,6	(22,2)
Contas a receber de clientes	689.083	6,7	858.431	8,7	(19,7)
Estoques	1.541.324	15,1	1.425.872	14,4	8,1
Outros circulantes	739.204	7,2	370.963	3,7	99,3
Total do ativo circulante	4.936.400	48,2	5.223.895	52,7	(5,5)
Realizável a longo prazo:					
Outros não circulantes	1.881.549	18,4	1.441.966	14,5	30,5



6. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	1.881.549	18,4	1.441.966	14,5	30,5
Imobilizado	538.290	5,3	565.965	5,7	(4,9)
Intangível	2.885.110	28,2	2.682.780	27,1	7,5
Total do ativo não circulante	5.304.949	51,8	4.690.711	47,3	13,1
Total do ativo	10.241.349	100,0	9.914.606	100,0	3,3

Balanço Patrimonial referente ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2016 comparado com 2015

Ativo Circulante

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários:

O saldo de caixa e equivalente de caixa mais títulos e valores mobiliários atingiu em 31 de dezembro de 2016, o valor total de R\$ 1.966,8 milhões, contra R\$ 2.568,6 milhões, em 31 de dezembro de 2015, representando uma redução de R\$ 601,8 milhões ou 23,4%. A variação do disponível da Companhia ocorreu, basicamente, pelo investimento da Companhia em seu plano de expansão principalmente pelo maior volume de investimentos no imobilizado e desenvolvimento de websites e sistemas.

Contas a receber de clientes:

O saldo dessa rubrica atingiu, em 31 de dezembro de 2016, o valor total de R\$ 689,0 milhões contra R\$ 858,4 milhões, em 31 de dezembro de 2015, representando uma redução de R\$ 169,3 milhões ou 19,7%. A redução do saldo está relacionada ao aumento das antecipações de recebíveis pela necessidade de caixa.

Estoques:

O saldo dessa rubrica atingiu, em 31 de dezembro de 2016, o valor de R\$ 1.541,3 milhões, contra R\$ 1.425,9 milhões, em 31 de dezembro de 2015, representando um aumento de R\$ 115,5 milhões ou, 8,1%. A variação dessa rubrica está alinhada ao crescimento de vendas observado nos últimos trimestres.

Ativo Não Circulante

Imobilizado:

O saldo dessa rubrica atingiu, em 31 de dezembro de 2016, o valor de R\$ 538,3 milhões, contra R\$ 566,0 milhões, em 31 de dezembro de 2015, representando uma variação de R\$ - 27,7 milhões, ou -4,9%. A variação refere-se basicamente à depreciação do período de R\$ 56,6 milhões.

Intangível:

O saldo dessa rubrica atingiu, em 31 de dezembro de 2016, o valor de R\$ 2.885,1 milhões, contra R\$ 2.682,8 milhões, em 31 de dezembro de 2015, representando uma variação de R\$ 202,3 milhões ou 7,5%. Os investimentos totalizaram R\$ 437,5 milhões e foram realizados, em grande parte, no desenvolvimento de websites e sistemas. A amortização do período totalizou R\$ 235,2 milhões.

Consolidado

	2016	AV%	2015	AV%	A.H. 2016 x 2015 %
--	-------------	------------	-------------	------------	-------------------------------

PASSIVO



6. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

CIRCULANTE

Fornecedores	2.107.960	20,6	2.200.722	22,2	(4,2)
Empréstimos e financiamentos	526.129	5,1	347.376	3,5	51,5
Debêntures	762	0,0	200.728	2,0	(99,6)
Outros circulantes	484.575	4,7	506.861	5,1	(4,4)
	3.119.426	30,5	3.255.687	32,8	(4,2)

NÃO CIRCULANTE

Exigível a longo prazo:

Empréstimos e financiamentos	3.539.288	34,6	3.619.296	36,5	(2,2)
Debêntures	200.000	2,0	-	-	-
Outros não circulantes	304.633	3,0	333.490	3,4	(8,7)
	4.043.921	39,5	3.952.786	39,9	2,3

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social	4.483.041	43,8	3.635.970	36,7	23,3
Reservas de capital	38.927	0,4	27.691	0,3	40,6
Outros	(1.444.016)	(14,1)	(957.619)	(9,7)	50,8
	3.077.952	30,1	2.706.042	27,3	13,7
Participação de Acionistas Não Controladores	50	0,0	91	0,0	(45,1)
Total do patrimônio líquido	3.078.002	30,1	2.706.133	27,3	13,7
Total do passivo e do patrimônio líquido	10.241.349	100,0	9.914.606	100,0	3,3

Passivo Circulante e Não Circulante

Fornecedores:

O saldo dessa rubrica atingiu, em 31 de dezembro de 2016, o valor de R\$ 2.108 milhões, contra R\$ 2.200,7 milhões, em 31 de dezembro de 2015, representando uma redução de R\$ 92,7 milhões ou 4,2%. A variação ocorreu basicamente pelo maior volume de antecipações de pagamentos feitos a fornecedores.

Empréstimos e financiamentos (Curto e Longo Prazo):

O saldo dessa rubrica atingiu, em 31 de dezembro de 2016, o valor de R\$ 4.065,4 milhões, contra R\$ 3.966,7 milhões, em 31 de dezembro de 2015, representando uma variação positiva de R\$ 98,7 milhões, ou 2,5%. O aumento foi impulsionado, principalmente pela captação de novos empréstimos de 408,9 milhões e incremento de juros de R\$ 512,3 milhões. Em contrapartida, houve liquidação de principal de 512,8 milhões e pagamento de juros de R\$ 311,8 milhões.

Debêntures (Curto e Longo Prazo):

O saldo dessa rubrica atingiu, em 31 de dezembro de 2016 o valor de R\$ 200,8 milhões, contra R\$ 200,7 milhões em 31 de dezembro de 2015, representando uma variação de R\$ 0,1 milhão, ou 0,05%. Neste período não houve variação relevante.

Patrimônio Líquido

Capital social:



6. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O saldo dessa rubrica atingiu, em 31 de dezembro de 2016, o valor de R\$ 4.483,0 milhões, contra R\$ 3.636,0 milhões em 31 de dezembro de 2015, devido ao aumento de Capital na Companhia no montante de R\$ 847,0 milhões.

Reservas de capital:

O saldo dessa rubrica atingiu, em 31 de dezembro de 2016, o valor de R\$ 38,9 milhões contra R\$ 27,7 milhões de 31 de dezembro de 2015 com variação de R\$ 11,2 milhões ou 41%.

Participação de acionistas não controladores:

Neste período não houve variação relevante.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016

Consolidado

	2017	2016	A.H. 2017 x 2016 %
Caixa líquido gerado (aplicado)			
Nas atividades operacionais	(442.410)	(785.848)	(43,7)
Nas atividades de investimentos	(1.666.693)	(30.881)	5.297,1
Nas atividades de financiamento	<u>3.354.355</u>	<u>711.553</u>	<u>371,4</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	<u>1.245.252</u>	<u>(105.176)</u>	<u>(1.284,0)</u>

Atividades Operacionais

Comparando 31 de dezembro de 2017 com 31 de dezembro de 2016 o caixa gerado passou de R\$ 785,8 milhões para um caixa aplicado de R\$ 442,4 milhões, uma variação no caixa de R\$ 343,4 milhões, ou -43,7%. A variação é explicada principalmente pela estratégia da Companhia de reduzir o nível de financiamento com fornecedores (pela redução o prazo médio de pagamento) que, devido ao efeito da crise financeira, necessitam de caixa.

Atividades de Investimento

Comparando 31 de dezembro de 2017 com 31 de dezembro de 2016 o caixa aplicado passou de R\$ 30,9 milhões para R\$ 1.666,7 milhões, um aumento na aplicação de caixa de R\$ 1.635,8 milhões. A variação é explicada basicamente pela menor queima de caixa (e posterior geração de caixa), principalmente em função do aumento de capital de R\$ 1.211,4 milhões.

Atividades de Financiamento

Comparando 31 de dezembro de 2017 com 31 de dezembro de 2016 o caixa gerado passou de R\$ 3.354,4 milhões para R\$ 1.945,4 milhões, um aumento na geração de caixa de R\$ 2.642,8 milhões. A variação foi impulsionada pelo aumento de captação de empréstimos da Companhia em R\$ 2.681,4 milhões em contrapartida a redução do pagamento de principal de empréstimos em R\$ 5,9 milhões e pelo aumento de capital de R\$ 1.211,4 milhões.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 2015

Consolidado

	2016	2015	A.H. 2016 x 2015 %
Caixa líquido gerado (aplicado)			
Nas atividades operacionais	(785.848)	(257.180)	205,6



6. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Nas atividades de investimentos	(30.881)	(1.554.169)	(98,0)
Nas atividades de financiamento	<u>711.553</u>	<u>1.945.424</u>	<u>(63,4)</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	<u>(105.176)</u>	<u>134.075</u>	<u>(178,4)</u>

Atividades Operacionais

Comparando 31 de dezembro de 2016 com 31 de dezembro de 2015 o caixa gerado passou de R\$ 257,0 milhões para um caixa aplicado de R\$ 786,0 milhões, uma variação no caixa de R\$ 529,0 milhões, ou 205,6%. A variação é explicada principalmente pela estratégia da Companhia de reduzir o nível de financiamento com fornecedores (pela redução o prazo médio de pagamento) que, devido ao efeito da crise financeira, necessitam de caixa.

Atividades de Investimento

Comparando 31 de dezembro de 2016 com 31 de dezembro de 2015 o caixa aplicado passou de R\$ 1.554,1 milhões para R\$ 30,9 milhões, uma redução na aplicação de caixa de R\$ 1.523,3 milhões, ou 98,0%. A variação é explicada basicamente pelo aumento dos resgates líquidos de aplicações financeiras no período no valor de R\$ 1.421,4 milhões utilizados para pagamento antecipado de fornecedores que necessitaram de caixa para manter o abastecimento de mercadorias devido ao efeito da crise nas operações dos fornecedores da Companhia. Houve também redução dos investimentos em imobilizado de R\$ 115,7 milhões e intangível de R\$ 145,7 milhões, impulsionados pela redução de investimentos na plataforma digital.

Atividades de Financiamento

Comparando 31 de dezembro de 2016 com 31 de dezembro de 2015 o caixa gerado passou de R\$ 1.945,4 milhões para R\$ 711,6 milhões, uma redução na geração de caixa de R\$ 1.233,9 milhões, ou 63,4%. A variação foi impulsionada pela redução de captação de empréstimos da Companhia em R\$ 2.555,0 milhões e mitigada pela redução do pagamento de principal de empréstimos em R\$ 509,0 milhões e pelo aumento de capital de R\$ 816,4 milhões.



6. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 Os diretores devem comentar:

a) resultados das operações da Companhia, em especial:

- (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e
- (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A B2W é uma companhia digital, líder na América Latina e tem como propósito CONECTAR PESSOAS, NEGÓCIOS, PRODUTOS E SERVIÇOS EM UMA PLATAFORMA DIGITAL.

A B2W Digital atua nas seguintes frentes: e-commerce por meio das marcas Americanas.com, Submarino, Shoptime e SouBarato; plataformas de serviços de crédito ao consumidor Submarino Finance e Digital Finance; plataforma de tecnologia; plataforma de logística, distribuição e atendimento ao cliente, além da plataforma de Marketplace, que permite que os *sellers* (vendedores) vendam seus produtos nos sites Americanas.com, Submarino e Shoptime.

Com o propósito de conectar pessoas, negócios, produtos e serviços em uma mesma plataforma digital, a B2W investe constantemente na estratégia de estar cada vez mais próxima dos clientes, oferecendo a melhor experiência de compra e atraindo os melhores talentos.

A B2W Digital, por meio de seu completo portfólio de marcas, que apresentam baixa sobreposição de clientes, oferece um amplo sortimento de mais de 4,6 milhões de produtos divididos em diversas categorias como games, produtos de informática, telefones, eletrônicos, brinquedos, relógios, perfumes, eletrodomésticos, instrumentos musicais, livros, papelaria, CD, DVD, cama, mesa e banho, cine e foto, utilidades domésticas, móveis, produtos automotivos, entre outros e por meio dos canais de distribuição internet, televendas, catálogos, TV e quiosques. Em 2017, o crescimento do Marketplace permitiu à B2W Digital acelerar a mudança do seu modelo de negócios, de e-commerce (Vendas Diretas/1P) para modelo híbrido de plataforma digital (combinação de Vendas Diretas/1P, Marketplace/3P e Serviços). O ano de 2017, marcou a transição do Plano Estratégico de transformação do modelo de negócios (2017-2019), com a migração de itens/líneas de produtos do 1P para o 3P. Em 2017, importante ano de transição para a Companhia, a B2W Digital apresentou crescimento de 3,1% no GMV Total (indicador que considera todas as vendas transacionadas na plataforma, incluindo vendas diretas de estoque próprio e de terceiros na plataforma de Marketplace). Esse crescimento foi principalmente impulsionado pelo Marketplace, que cresceu 108,0% no período.

Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais em 2017

A Administração acredita que a melhor representação do tamanho da Companhia é o Gross Merchandise Volume ("GMV"), que captura o efeito importante do Marketplace da Companhia, que continua em rápido desenvolvimento. O GMV pode ser definido como vendas de mercadorias próprias, vendas realizadas no Marketplace e outras receitas (excluindo a comissão das vendas do Marketplace), após devoluções e incluindo impostos. Em 2017, o GMV apresentou crescimento de 3,1%, atingindo R\$ 12.838,5 milhões, comparado com os R\$ 12.457,7 milhões registrados em 2016. O GMV do Marketplace totalizou R\$ 4.533,0 milhões em 2017, crescimento de 108% comparado aos R\$ 2.179,0 milhões, e já representou 35,3% das vendas da Companhia em 2017. Esse resultado se deu devido aos investimentos realizados, principalmente, em logística, tecnologia e experiência de compra, de forma a criar uma plataforma que conecta pessoas, negócios, produtos e serviços. Em 2017, a receita bruta, que representa majoritariamente as vendas de mercadorias do 1P, totalizou R\$ 8.763,6 milhões, comparado com os R\$ 10.520,4 milhões registrados em 2016. Em contrapartida, no mesmo período, as vendas do Marketplace aceleraram, atingindo R\$ 4,5 bilhões, adicionando R\$ 2,4 bilhões em vendas, mais que compensando a desaceleração do 1P. A receita líquida totalizou R\$ 7.120,8 milhões em 2017, comparado com os R\$ 8.601,3 milhões registrados em 2016.

A Administração acredita que a melhor representação do resultado operacional da Companhia é o EBITDA Ajustado, cuja definição foi apresentada no item 10.1(b). Em 2017, o EBITDA Ajustado atingiu R\$ 620,1 milhões, uma variação de -9,9% em comparação aos R\$ 688,2 milhões registrados em 2016. A Margem EBITDA Ajustada atingiu 8,7% como percentual da receita líquida, uma expansão de 0,7 p.p. em comparação a 2016, quando a Margem EBITDA Ajustada atingiu 8,0%. Esse resultado se deu em decorrência dos investimentos descritos acima e das crescentes contribuições advindas do Marketplace, uma operação de altas margens, que representou 35,3% do total do GMV em 2017.

A tabela abaixo indica a evolução dos índices macroeconômicos de maior relevância para as atividades da Companhia nos exercícios fiscais de 2017, 2016 e 2015:

	Exercícios fiscais findos em 31/12		
	2017	2016	2015
Crescimento do PIB (%) ⁽¹⁾	1,0	(4,55)	(3,8)



3. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Inflação (IGP-M) (%) ⁽²⁾	(0,53)	7,2	10,5
Inflação (IPCA) (%) ⁽³⁾	2,94	6,3	10,7
CDI (%) ⁽⁴⁾	9,9	14,0	13,2
TJLP (%) ⁽⁵⁾	7,2	7,5	6,2
Taxa SELIC (%) ⁽⁶⁾	10,1	14,1	13,4
Valorização (desvalorização do real perante o Dólar)		23,9	(31,0)
Taxa de câmbio (fechamento) R\$ por US\$1,00 ⁽⁷⁾		3,3	3,9
Taxa média de câmbio R\$ por US\$1,00 ⁽⁸⁾		3,5	3,3

(1) Fonte: IBGE.

(2) Índice Geral de Preços ao Mercado, conforme divulgado pela FGV.

(3) Índice de Preços ao Consumidor Amplo, conforme divulgado pelo IBGE.

(4) Taxa média dos certificados de depósito interbancário no Brasil.

(5) Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") exigida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") em seus financiamentos nessa modalidade.

(6) Taxa básica de juros, conforme estabelecida e divulgada pelo Banco Central do Brasil.

(7) Taxa de câmbio (venda) no último de cada período, conforme divulgada pelo Banco Central do Brasil.

(8) Taxa média de câmbio (venda) no último de cada período, conforme divulgada pelo Banco Central do Brasil.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita da Companhia é impactada diretamente pelas alterações no volume de vendas, modificações de preços, bem como pela introdução de novos produtos e serviços em seu portfólio. A Companhia repassa as variações nos custos (positivas ou negativas) para seus clientes, podendo este repasse afetar seu volume de vendas. Além disso, mudanças tributárias e na legislação poderão afetar as métricas de receita e custos da Companhia. Variações cambiais afetam diretamente os preços dos produtos importados.

2017

A Receita Líquida consolidada da Companhia atingiu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o valor de R\$ 7.120,8 milhões em 2017, comparado com os R\$ 8.601,3 milhões. A redução da receita líquida, que representa majoritariamente as vendas do 1P, está relacionada a transição do Plano Estratégico de transformação do modelo de negócios (2017-2019), com a migração de itens/linhas de produtos do 1P para o 3P.

2016

A Receita Líquida consolidada da Companhia atingiu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o valor de R\$ 8.601,3 milhões, comparado com os R\$ 9.013,8 milhões registrados em 2015. A redução da receita líquida em comparação com o crescimento da receita bruta está relacionada às mudanças tributárias no país, válidas desde janeiro de 2016.

2015

A Receita Líquida consolidada da Companhia atingiu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o valor de R\$ 9.013,8 milhões, representando um aumento de R\$ 1.050,0 milhões, ou 13,2%, quando comparada ao valor de R\$ 7.963,8 milhões obtido no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

Um aumento significativo da inflação poderá afetar os custos e despesas operacionais da Companhia.

Substancialmente, todos os gastos em caixa (ou seja, outros além da depreciação e amortização) e despesas operacionais da Companhia são realizados em Reais e tendem a aumentar de acordo com a inflação porque os fornecedores de mercadorias e prestadores de serviços tendem a elevar os preços para refletir as perdas em virtude da inflação.

No que se refere à variação cambial, a Companhia continua reafirmando seu compromisso com a política conservadora de aplicação do caixa, manifestada pela utilização de instrumentos de hedge em moedas estrangeiras para fazer frente a eventuais flutuações do câmbio, seja em relação ao passivo financeiro, seja



10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

para sua posição de caixa total. Estes instrumentos anulam o risco cambial, transformando o custo da dívida para moeda e taxa de juros locais (em percentual do CDI).

No que se refere a taxas de juros, a alta das taxas de juros poderá impactar no custo de captação de empréstimos pela Companhia como também no custo do endividamento, vindo a causar aumento de suas despesas financeiras. Este aumento, por sua vez, poderá afetar adversamente a capacidade de pagamento de obrigações assumidas pela Companhia, na medida em que reduzirá sua disponibilidade de caixa. Descasamentos entre índices contratados em ativos versus passivos e/ou altas volatilidades nas taxas de juros, ocasionam perdas financeiras para a Companhia.

Assim, a B2W Digital reitera sua confiança e suas perspectivas positivas para o futuro, tanto em relação ao desenvolvimento do país como nas oportunidades de crescimento da internet e do e-commerce. A Companhia mantém seu foco em oferecer a melhor experiência de compra, com a expansão dos negócios e dos produtos e serviços oferecidos em meio ao crescimento do número de adeptos ao comércio eletrônico e ao aumento da penetração do varejo online sobre o varejo total no Brasil.



10.3 Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 Comentários dos diretores sobre os efeitos relevantes que os eventos a seguir tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

As atividades da Companhia estão concentradas na comercialização de produtos e prestação de serviços por diversos meios de comercialização não presenciais, em especial a Internet. Apesar da diversidade de produtos vendidos e serviços prestados pela Companhia (comércio varejista e atacadista, aluguel de filmes, dentre outros), tais atividades não são segmentos operacionais independentes, sendo os seus resultados acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. Desta forma, a Administração entende que a Companhia está organizada, basicamente, em uma única unidade de negócio.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

i) Em 26 de maio de 2015, a B2W possuía 91,26% de participação na B2W Viagens e Turismo Ltda. ("B2W Viagens") e sua controlada 8M Participações os outros 8,74%. Naquela data as controladas B2W e 8M Participações firmaram contrato de venda de 100% de suas participações na B2W Viagens para a CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. ("CVC"). O referido contrato também prevê a licença de uso da marca "Submarino Viagens" pela compradora. O preço de aquisição será determinado com base no número de visitas originadas dos sites da B2W no prazo de 10 anos a partir, acrescido do capital de giro positivo deduzido das dívidas da B2W Viagens na data, limitado a R\$ 80 milhões corrigidos pela SELIC. Se o atingimento do valor limite ocorrer em prazo inferior a 10 anos, a CVC tem a opção de manter o direito de uso da marca Submarino Viagens por meio de pagamento por número de visitas no site. Da mesma forma, em caso de não atingimento do valor limite no prazo de 10 anos, a B2W tem a opção de prorrogar o contrato até o atingimento pleno desse limite.

ii) Em 1º de julho de 2015, a Controlada 8M Participações adquiriu a totalidade das ações da empresa de tecnologia Sieve Group Brasil Tecnologia S.A. ("Sieve Tecnologia"). O pagamento foi feito parte à vista, no fechamento, e parte a prazo, de, aproximadamente, R\$ 131,0 milhões, mais preço contingente adicional, cujo pagamento é condicionado ao atendimento de metas, até o limite de R\$ 7,0 milhões a serem pagos, se devidos, no quinto aniversário da data de fechamento da transação.

iii) Em 24 de setembro de 2015, a B2W celebrou, juntamente com sua sociedade controlada 8M Participações, um Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças com Fandango Media, LLC ("Fandango"), para a alienação de 100% do capital social de sua sociedade controlada Ingresso.com Ltda. ("Ingresso.com"). O preço total pago pelo Fandango para a aquisição de 100% das quotas da Ingresso.com foi de R\$ 280,0 milhões. A transação foi aprovada pelo CADE em 26 de outubro de 2015 e concluída em 16 de novembro de 2015.

A alienação da Ingresso.com tem por objetivo focar a B2W ainda mais nas operações de comércio eletrônico, Marketplace, serviços digitais e financiamento ao consumo, em linha com o seu plano estratégico.

iv) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada, pela B2W, em 31 de maio de 2016, foi aprovado um aumento do capital social no valor de R\$ 823,0 milhões, mediante a emissão privada de 82.300.000 ações ordinárias nominativas ao preço de R\$ 10,00 por ação. O aumento de capital foi homologado em reunião do Conselho de Administração, realizada em 1 de agosto de 2016.

A controladora, Lojas Americanas, subscreveu o total de 69.789.183 ações, sendo 45.766.785 ações que correspondiam a sua participação proporcional na data do aviso aos acionistas do aumento do capital, adicionadas às ações dos acionistas não controladores que não exerceram o direito de preferência no prazo legal no montante de 24.022.398 ações. Com a subscrição, a participação da Controladora no capital social da B2W, na data da homologação, passou a ser de 62,7%.

v) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada, pela B2W, em 25 de março de 2017, foi aprovado um aumento do capital social no valor de R\$ 1.210,0 milhões, mediante a emissão privada de 110.000.000 ações ordinárias nominativas ao preço de R\$ 11,00 por ação. O aumento de capital ainda não foi homologado em reunião do Conselho de Administração, uma vez que os prazos para exercício do direito de preferência e rateio de sobras não foram encerrados até a presente data.



6. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

c) eventos ou operações não usuais

Em dezembro de 2006, a B2W foi criada a partir da fusão da Americanas.com e do Submarino, reunindo os sites Americanas.com, Submarino, Shoptime e outras frentes de negócios. A B2W nasceu como a maior empresa de e-commerce da América Latina e mantém a liderança de mercado até os dias atuais.

Após a fusão, a B2W iniciou uma fase de integração das operações e construção de uma plataforma única para fazer frente aos desafios do e-commerce no Brasil. Ao término dessa fase, em 2012, a B2W Digital montou um plano de negócios de três anos (2013- 2015), que incluía um novo ciclo de investimentos. O plano tinha como objetivo principal o cliente, peça central da estratégia da Companhia.

A plataforma construída ao longo dos últimos anos preparou a B2W para capturar as oportunidades de crescimento do mercado de comércio eletrônico e permitiu a consolidação da Companhia como uma plataforma digital, na qual as operações de *Marketplace* e serviços digitais ganharão cada vez mais relevância e terão contribuição significativa na rentabilização de todas as frentes de negócio da Companhia.

Em linha com a evolução de suas operações e as expectativas de desempenho futuro do mercado de comércio eletrônico, que ainda está em fase inicial de desenvolvimento no país, a Companhia, conforme já divulgado nas Demonstrações Contábeis anteriores, possui estimativas internas de crescimento e evolução das margens, que apontam para a expectativa de realização integral, entre os anos de 2017 e 2021, do imposto de renda e contribuição social diferido.

Ao final de 2015, diante do cenário macroeconômico mais desafiador, a Companhia realizou análises de sensibilidade utilizando premissas de crescimento muito mais conservadoras, na qual apresentaria crescimento de vendas apenas pela variação do índice projetado de inflação (ou seja, sem crescimento real), e manutenção do mesmo patamar de margem bruta até 2018. O cenário adotado foi submetido ao teste de *impairment* por especialistas externos e independentes. Assim, a Companhia, adotando uma medida conservadora, reverteu, em 31 de dezembro de 2015, o montante de R\$ 143.815 que não seria utilizado até 2025, conforme norma contábil vigente.

Essa reversão do imposto de renda e contribuição social diferido trata-se de ajuste meramente contábil, sem efeito caixa e sem impactos para fins fiscais, ou seja, o crédito fiscal permanece inalterado.

A Administração da Companhia reitera a confiança no seu Plano de Negócios e seguirá monitorando os indicadores internos e externos como forma de melhor avaliar a evolução das suas estimativas.

Em 31 de Outubro de 2016, a 8M Participações teve parte do seu capital social cindido, sendo transferido para a BFF Logística e Distribuição Ltda. as seguintes participações nas empresas:

- 100% - Click Rodo Entregas Ltda.
- 100% - Direct Express Logística Integrada S/A

Em 21 de outubro de 2016, foi aprovada a alteração do nome da Sociedade de “Ideais Tecnologia Ltda.” para “BIT Services Tecnologia e Inovação Ltda.”.

Em 31 de dezembro de 2016, foi aprovada a incorporação pela BIT Services Tecnologia e Inovação Ltda. das sociedades Tarkena Consultoria, Licenciamento e Desenvolvimento de Sistemas de Informática Ltda., 8M Participações Ltda. e Minimália Comércio Eletrônico de Roupas e Estampas Ltda.

Em reunião de sócios, foi aprovada em 31 de dezembro de 2016 a incorporação pela Tarkena Consultoria, Licenciamento e Desenvolvimento de Sistemas de Informática Ltda. das sociedades Vectis Participações Ltda. e Smart E-Commerce do Brasil Tecnologia Ltda. Na mesma data foi aprovada a incorporação pela 8M Participações Ltda. da Sieve Group Brasil Tecnologia S.A., B2W Services Ltda., Myboo Soluções em Tecnologia da Computação Ltda., Myboo Prestação de Serviços de Tecnologia e Informática Ltda., R2L Serviços de Internet Ltda., Site Blindado S.A., Skyhub Sistemas de Integração Ltda., Sieve Serviços de Tecnologia da Informação S.A., PC Blindado S.A. e Trustsign Certificadora Digital & Soluções de Segurança de Informação Ltda.

A reorganização teve como objetivos: (i) concentrar as operações relacionadas com o segmento de tecnologia da informação, que eram realizadas por meio de várias sociedades controladas, em uma única sociedade, mantendo-se individualizada toda estrutura de atendimento ao cliente e modelos de negócios existentes relacionados a cada uma das empresas e suas marcas, continuando, desta forma, a desenvolver todas as atividades antigamente conduzidas sem qualquer dissolução de continuidade, (ii) segregar as atividades de logística das atividades de tecnologia da informação, dessa maneira (iii) simplificando a estrutura societária, com otimização e sinergia operacional e estrutural. Nesse sentido, a BIT Services Inovação e Tecnologia Ltda. (antiga Ideais Tecnologia Ltda.) passou a concentrar as atividades relacionadas com o ramo de tecnologia da informação, sendo as atividades de logística desenvolvidas de maneira independente controladas pela BFF Logística e Distribuição Ltda.



6. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 Os diretores devem comentar:

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

2017

Não houve alterações significativas nas práticas contábeis por nós adotadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 quando comparadas às práticas contábeis adotadas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016.

2016

A partir de junho de 2016, nas informações trimestrais individuais e consolidadas, de acordo com o CPC 38, a Companhia reclassificou os encargos e custos de empréstimos para a conta de Empréstimos e Financiamentos sendo parte para o Passivo Circulante e parte para a mesma conta no Não Circulante. Antes da reclassificação, a Companhia registrava os custos dos empréstimos no grupo de despesas antecipadas, no ativo circulante. Para manter a comparabilidade dos períodos, as seguintes alterações foram feitas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015:

Balanço Patrimonial - Controladora

	Originalmente Apresentado	Reclassificação	Apresentação Atual
Despesas Antecipadas	64.893	(33.796)	31.097
Empréstimos e Financiamentos - CP	206.300	(6.449)	199.851
Empréstimos e Financiamentos - LP	3.650.042	(27.347)	3.622.695

Balanço Patrimonial - Consolidado

	Originalmente Apresentado	Reclassificação	Apresentação Atual
Despesas Antecipadas	79.599	(33.796)	45.803
Empréstimos e Financiamentos - CP	353.825	(6.449)	347.376
Empréstimos e Financiamentos - LP	3.646.642	(27.347)	3.619.295

2015

Até 31 de dezembro de 2014, nas suas demonstrações contábeis individuais, a Companhia deixava de reconhecer as contas a receber transferido para o FIDC (“Fundo”), pois todo o risco e benefício do recebível era transferido para o Fundo. Segundo orientações da CVM descritas no item 3.2 do Ofício Circular CVM/SNC/SEP/n.º01/16 de 18/02/2016, e considerando as características de assunção de perdas do Fundo pelas cotas juniores detidas pela Companhia em conjunto com sua Controladora, a partir de 31 de dezembro de 2015, a Companhia passou a manter em seu ativo circulante o referido recebível, tendo como contrapartida a conta de Empréstimos e Financiamentos no passivo não circulante, pois as cotas do FIDC são resgatáveis em um prazo superior a 1 ano. Essa reclassificação não afetou as demonstrações financeiras consolidadas, bem como não gerou qualquer efeito no resultado do exercício ou na determinação de índices financeiros utilizados para o cumprimento de cláusulas restritivas de empréstimos e financiamentos. Para manter a comparabilidade dos exercícios, as seguintes alterações foram feitas nas demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2014:

1) Balanço Patrimonial - Controladora:

	Originalmente Apresentado	Reclassificação	Apresentação Atual
Contas a Receber	68.287	667.460	735.747
Empréstimos e Financiamentos - Não Circulante	435.181	667.460	1.102.641

2) Demonstração de fluxo de caixa - Controladora

	Originalmente Apresentado	Reclassificação	Apresentação Atual
Caixa líquido gerado nas Atividades operacionais	(745.480)	(111.645)	(857.125)
Caixa líquido gerado nas Atividades de financiamentos	1.436.180	111.645	1.547.825



6. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

2017

Não houve efeitos significativos como resultado das alterações em práticas contábeis no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 quando comparadas às demonstrações dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016.

2016

Não houve efeitos significativos como resultado das alterações em práticas contábeis no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 quando comparadas às demonstrações dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015.

2015

Não houve efeitos significativos como resultado das alterações em práticas contábeis no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 quando comparadas às demonstrações dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

c) ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os pareceres dos auditores independentes da Companhia, referentes aos exercícios findos em 31/12/2017, 31/12/2016 e 31/12/2015, não contêm ressalvas ou ênfases.



6. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 – Políticas Contábeis Críticas

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige julgamentos, elaboração de estimativas e premissas por parte da administração para determinadas operações nas quais informações objetivas não são facilmente obtidas em outras fontes. Tais estimativas e premissas baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes pela administração, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia:

Redução ao valor recuperável (*impairment*) do ágio

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio de acordo com sua política contábil. Os ativos que não têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGC's) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas. Não foram reconhecidas perdas por *impairment* do ágio nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras e premissas de mercado de geração de lucros.

Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço ou, caso não existam, em outros instrumentos que permitam a sua mensuração.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Essa provisão tem risco mitigado em função do contas a receber estarem lastreado em operações realizadas com as principais operadoras de cartões de crédito. A Administração monitora as perdas fundamentada em análise histórica. A provisão é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

Provisão para perdas nos estoques

A provisão para perdas nos estoques é estimada com base no histórico de perdas na execução dos inventários físicos nos centros de distribuição, bem como na venda de itens abaixo do preço de aquisição e estoques sem venda. Esta provisão é considerada suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização dos seus estoques.

Vida útil dos ativos imobilizado e intangível

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera o laudo elaborado por especialista externo sobre a utilização destes ativos ao longo das operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.



6. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os testes de *impairment* são realizados considerando as projeções de resultado futuro, calculado com base em premissas internas e de mercado, descontadas a valor presente. Essas projeções são calculadas considerando as melhores estimativas da administração, que são revistas quando ocorrem mudança no cenário econômico ou no mercado consumidor.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A Companhia está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advém do curso normal das atividades de seus negócios.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.



6. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia:

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;

A Companhia esclarece que não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;

A Companhia esclarece que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;

A Companhia esclarece que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

(iv) contratos de construção não terminada;

A Companhia esclarece que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia esclarece que não há contratos de recebimento futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens relevantes que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.



6. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

De acordo com as normas contábeis vigentes, a Companhia divulga em suas demonstrações financeiras todas as transações relevantes de que é parte, ou em que retenha qualquer risco por conta de participação societária ou contrato. Não há transações ou operações não evidenciadas nas demonstrações financeiras que possam impactar a Companhia significativamente.

b) natureza e propósito da operação

Não aplicável, já que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras, conforme informado no item 10.6.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável, já que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras, conforme informado no item 10.6.



6. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 Indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente, os seguintes tópicos:

a) investimentos, incluindo:

- (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;**
- (ii) fontes de financiamento dos investimentos; e**
- (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.**

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia investiu R\$ 379,9 milhões e R\$ 461,2 milhões, respectivamente, com gastos em desenvolvimento de web sites e sistemas

Investimentos

	2017	A.V.%	2016	A.V.%	A.H.%
Instalações e móveis e utensílios	340	0,1%	2.858	0,6%	-88,1%
Máquinas e equipamentos de informática	2.517	0,7%	10.969	2,4%	-77,1%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	564	0,1%	5.370	1,2%	-89,5%
Obras em andamento	482	0,1%	10.391	2,3%	-95,4%
Direito de uso de software	64.975	17,1%	18.332	4,0%	254,4%
Desenvolvimento de web sites e sistemas	311.061	81,9%	407.850	88,4%	-23,7%
Outros	1	0,0%	5.395	1,2%	-100%
Total	379.940	100,00%	461.165	100,00%	100,00%

Como parte de sua estratégia, a Companhia B2W segue investindo na plataforma digital construída, com o objetivo de viabilizar o crescimento e a melhoria de suas operações. Em 2017, foram investidos R\$ 379,9 milhões, principalmente em tecnologia e inovação, com foco no desenvolvimento do Marketplace e das plataformas de venda por dispositivos móveis.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Para financiar os investimentos previstos em tecnologia e logística, a Companhia se utiliza de recursos próprios e recursos de terceiros.

Exercício social findo em 31 de dezembro de

	2017	2016	2015
(em Reais mil)			
Total capital de terceiros ⁽¹⁾	6.242.029	4.266.179	4.167.400
Total capital próprio	3.905.713	3.078.002	2.706.133
Financiamento total	10.147.742	7.344.181	6.873.533
Relação capital de terceiros sobre Financiamento total	61,5%	58,1%	60,6%
Relação capital próprio sobre Financiamento total	38,5%	41,9%	39,4%

(1) Corresponde a soma de empréstimos e financiamento e debêntures circulante e não circulante.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

A Companhia informa que não há previsão de desinvestimentos relevantes em andamento no exercício social de 2017.

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Em linha com a estratégia de estar mais próxima dos clientes, oferecendo a melhor experiência de compra, o melhor serviço de entrega e o melhor serviço de atendimento, a B2W Digital abriu dois novos Centros de Distribuição em 2015, um em São Paulo e um no Rio de Janeiro. Com esse movimento, a Companhia totalizou



6. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

11 CDs em operação por todo o Brasil. Todos os CDs são totalmente customizados para operação de e-commerce e preparados para suportar as operações da B2W e dos *sellers* do *Marketplace*.

Em 2016, a B2W Digital adquiriu a BooLabs, start-up de inteligência artificial no Brasil. A BooLabs é especializada em tecnologias emergentes, inclusive *machine learning*, *deep learning* e *natural language processing*. Com esse movimento, a B2W ganha expertise para alavancar seus sistemas de busca e recomendação de produtos em termos de relevância e personalização.

No segundo semestre de 2015, a Companhia concluiu a aquisição das empresas *best-in-class* de tecnologia do Sieve Group. O Sieve Group é composto por cinco empresas: Sieve, Site Blindado, SkyHub, Admatic e Infoprice, possuindo mais de 2.500 clientes e mais de 8.000 sites monitorados. As aquisições tiveram como objetivo acelerar o *Marketplace* e prover a melhor plataforma de serviços para lojas virtuais da América Latina, de forma a oferecer um maior sortimento aos clientes da B2W.

c) novos produtos e serviços, indicando:

- (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;
- (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;
- (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e
- (iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

No ano de 2017, a B2W Digital investiu R\$ 379,9 milhões na plataforma digital construída, principalmente em tecnologia e inovação, com foco no desenvolvimento do *Marketplace* e das plataformas de vendas por dispositivos móveis. Em 2016, foram investidos R\$ 459,9 milhões principalmente no desenvolvimento do *Marketplace* e das plataformas de vendas por dispositivos móveis.

A B2W Services, lançada em 2015, oferece soluções completas nas verticais de tecnologia e logística para suportar as operações dos sellers do *Marketplace* e operações online de grandes marcas, incluindo o [B] Seller (webstore e serviços de ERP) e [BFF] B2W Fulfillment (armazenagem, distribuição e atendimento ao cliente).

O [B] Seller a mais completa ferramenta para a gestão de e-commerce, combinando soluções de backoffice e de loja online, foi lançado em fevereiro de 2014, e foi resultado da combinação de duas empresas adquiridas, Uniconsult e Ideais. O [B] Seller é um acelerador para o *Marketplace*, oferecendo aos vendedores o que há de mais moderno em tecnologia.

B2W Fulfillment (BFF), lançado em março de 2015, representa uma importante conexão entre os clientes da B2W e os *sellers* do *Marketplace*. As soluções completas de B2B (armazenagem, distribuição e atendimento ao cliente) foram inicialmente ofertadas para sellers de grande escala, e na medida em que os demais sellers passam a observar um forte crescimento com a venda nos sites da B2W, eles têm optado cada vez mais por também usar os serviços do BFF para suportar o ganho de escala do negócio e contar com o nível de serviço de excelência da B2W.

A B2W Digital ainda oferece serviços de propaganda online (*advertising*), permitindo que grandes marcas utilizem o tráfego e a reputação de seus sites para acessar milhões de clientes.

O desenvolvimento desses serviços foi parte do plano de 3 anos da Companhia, de 2013 a 2015. Nessa fase, foram feitos investimentos em logística, tecnologia e experiência de compra, com Capex total gasto em 2013, 2014 e 2015, de respectivamente, R\$ 714 milhões, R\$ 812 milhões, e R\$ 808 milhões. Estes investimentos possibilitam a criação de uma plataforma que conecta pessoas, negócios, produtos e serviços, e geram retornos significativos em ganhos de *market share*, no desenvolvimento do *Marketplace*, na liderança da migração para dispositivos móveis e, mais importante, de novos clientes.



6. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.